



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE-UFCG
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS-CCJS
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

MAYARA GONÇALVES LIRA

**O APOIO FAMILIAR E ESTATAL AOS RESIDENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DE CAMPINA GRANDE, CAMPUS CAJAZEIRAS, PARAÍBA: ALGUMAS
REFLEXÕES**

SOUSA – PB

2015

MAYARA GONÇALVES LIRA

**O APOIO FAMILIAR E ESTATAL AOS RESIDENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DE CAMPINA GRANDE, CAMPUS CAJAZEIRAS, PARAÍBA: ALGUMAS
REFLEXÕES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de Campina Grande, Campus Sousa-PB como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador (a): Prof.^a Ms. Cibelly Michalane Oliveira dos Santos Costa.

SOUSA – PB

2015

MAYARA GONÇALVES LIRA

**O APOIO FAMILIAR E ESTATAL AOS RESIDENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DE CAMPINA GRANDE, CAMPUS CAJAZEIRAS, PARAÍBA: ALGUMAS
REFLEXÕES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de Campina Grande, Campus Sousa-PB como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof.^a Ms. Cibelly Michalane Oliveira dos Santos Costa.

Aprovada em: _____ / _____ / _____

BANCA EXAMINADORA

Cibelly Michalane Oliveira dos Santos Costa
ORIENTADORA

Prof.^a Ms. Maria da Conceição Silva Félix
EXAMINADORA

Assistente Social Ms. Mariana Andrade Tomaz
EXAMINADORA

Dedico esta obra especialmente aos meus pais que doaram o seu amor incondicional oferecendo-me o melhor que podiam para que eu pudesse concretizar este sonho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por sempre me dar forças diante das adversidades e lutas diárias.

À minha família, por terem me auxiliado de todas as formas possíveis para que eu pudesse chegar até a conclusão deste curso.

Ao meu noivo, Niecho Diniz, pelo seu incentivo e apoio. Às minhas amigas e colegas de sala Emanuela Cardoso, Ana Rosa Sobreira, Sarah Galiza e Jéssica Nayara, por sua companhia e companheirismo durante todo o curso.

À minha supervisora de campo de estágio, Sueli Albano, por todo o seu auxílio durante meu estágio e pesquisa deste trabalho.

A todos os docentes e discentes da UFCG-CCJS, que contribuíram de forma direta ou indireta para a minha formação e para o aprimoramento dos meus conhecimentos, especialmente à minha professora e orientadora Cibely Michalane, por todas as suas orientações, paciência e empenho na realização deste trabalho.

Enfim, agradeço a todos aqueles que contribuíram de alguma forma para a construção deste e, concomitantemente, para a minha formação.

O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente, é preciso resistir e sonhar.

É necessário alimentar os sonhos e concretiza-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários.

Marilda lamamoto.

RESUMO

Este trabalho analisa o apoio familiar e do Estado para os/as discentes inseridos/as na Residência da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), campus Cajazeiras/PB. Nesse sentido, buscamos identificar as principais problemáticas vivenciadas pelos estudantes e suas implicações, em caso de negligência do apoio de ambos (família e o Estado). O interesse pela temática surgiu a partir do Estágio Curricular Obrigatório, realizado no setor de Assistência Estudantil da instituição abordada. A pesquisa realizada foi do tipo qualitativa, de caráter exploratório. Os sujeitos da pesquisa corresponderam a discentes do gênero masculino e feminino. A amostragem foi aleatória não probabilística do tipo intencional, aplicada com um total de dez discentes. A coleta de dados processou-se mediante questionários semi-estruturados, consistindo de perguntas quanto a fatores sócio-demográficos e fatores relacionados aos residentes da universidade. O método utilizado é de cunho marxista pelo fato de o considerarmos capaz de compreender a dinâmica da realidade analisada. Destarte, entendemos que a família se constitui importante para propiciar o apoio emocional para o residente, assim como o estado deve proporcionar o apoio financeiro necessário para a permanência dos/as estudantes no ensino superior até a conclusão do curso. Porém, indubitavelmente, o dever da família em prestar apoio aos seus entes, deve se sobrepor à responsabilidade estatal com a sociedade em todas as esferas de efetivação das políticas públicas. Todavia, tal aparelho deixa a desejar pelo fato de não atender de forma satisfatória as demandas que lhes são apresentadas pela população usuária, no caso específico da nossa pesquisa, aos/as discentes que estão inseridos/as na assistência estudantil.

Palavras-chave: Assistência Estudantil; Ensino Superior; Família; Estado.

ABSTRACT

This paper analyzes the family and state support for the / the students entered / in the Residence of the Federal University of Campina Grande (UFCG), campus Cajazeiras / PB. In this sense, we seek to identify the main problems experienced by students and their implications in the event of both support the negligence (family and the state). The interest in the area came from the Internship Required, held at the Student Assistance sector of the institution addressed. The research was the qualitative study, exploratory. The subjects corresponded to students male and female. The sampling was not random probability intentional, applied with a total of ten students. Data collection was processed through semi-structured questionnaires consisting of questions regarding socio-demographic factors and factors related to the university residents. The method used is of Marxist nature because we consider able to understand the dynamics of the analyzed reality. Thus, we believe that the family is important to provide emotional support to the resident, and the state should provide the necessary financial support for the permanence of / the students in higher education by completing the course. But undoubtedly the family duty to provide support to your loved, should overlap the state responsibility to society in all execution of public policy spheres. However, this apparatus is weak because it does not satisfactorily meet the demands presented to them by the user population, in the specific case of our research, the / the students who are part / in the student assistance

Keywords: Student Assistance; Higher Education; Family; State.

LISTA DE SIGLAS

ANDE – Associação Nacional de Educação.

ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

BM – Banco Mundial.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

CBPE – Centro de Pesquisas Educacionais.

CEDES – Centro de Estudos Educação e Sociedade.

CF – Constituição Federal.

CNPQ - Conselho Nacional de Pesquisa.

CF – Constituição Federal.

EAD – Ensino à Distância.

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio.

FHC – Fernando Henrique Cardoso.

FIES – Fundo de Financiamento estudantil.

FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis.

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

FUNDEF – Fundo de Financiamento e Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

GTI – Grupo de Trabalho Interministerial.

IFETs – Institutos Federais Tecnológicos.

INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social.

MEC – Ministério da Educação.

MEC/USAID – Ministério da Educação e Cultura/United States Agency International for Development.

MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

PCN's – Parâmetros Curriculares Nacionais.

PDE – Programa de Desenvolvimento da Educação.

PNAC – Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania.

PNAS – Política Nacional de Assistência Social.

PNAES – Política Nacional de Assistência Estudantil.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

PRONEX – Programa de Apoio aos Núcleos de Excelência.

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego.

PROUNI – Programa Universidade para Todos.

PUCs – Pontifícias Universidades Católicas.

REUNI – Programa de Auxílio a Graduação.

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

UFCG-CFP – Universidade Federal de Campina Grande – Centro de Formação de Professores.

UFCG-CCJS – Universidade Federal de Campina Grande – Centro de Ciências Jurídicas e Sociais.

UNE – União Nacional dos Estudantes.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

UNITAL – Universidade de Taubaté.

USCS – Universidade Municipal de São Caetano do Sul.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BRASILEIRA	14
1.1 Retrospectiva da política de educação brasileira: dos jesuítas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).....	14
1.2 Peculiaridades da Política de Educação dos anos de 1990 à contemporaneidade.....	31
1.3 A educação Superior brasileira: ênfase na assistência estudantil.....	38
2. O PAPEL DA FAMÍLIA, DA SOCIEDADE E DO ESTADO NA EDUCAÇÃO	47
2.1 Família: gênese sóciohistórica.....	46
2.2 A origem do Estado.....	52
2.3 A responsabilidade do Estado e da família na educação: algumas reflexões críticas.....	58
3. A PESQUISA	67
3.1 Metodologia da pesquisa.....	67
3.2 Desvelando os dados da pesquisa: Perfil dos sujeitos da pesquisa.....	68
3.3 Avaliação dos/as discentes com relação à Residência Universitária.....	72
3.4 Sugestões dos discentes para a prestação de um melhor atendimento por parte da assistência estudantil.....	76
3.5 Periodicidade e forma de contato com os familiares.....	78
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
5 REFERÊNCIAS	82
APÊNDICES	

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca discutir a relevância do apoio familiar e estatal para os/as discentes inseridos/as na Residência Universitária, que se configura como um dos programas que compõem a Assistência Estudantil, da Universidade Federal de Campina Grande/PB, campus de Cajazeiras.

O interesse em estudar o assunto se deu a partir da realização de Estágio Curricular Supervisionado na instituição em tela, durante os semestres letivos de 2013.1 e 2013.2, quando identificamos que os/as residentes sofrem com a ausência e distanciamento familiar, tendo em vista que esses estudantes são advindos de outras regiões, bem como com a ausência do aparato estatal, diante da falta de recursos para atender as demandas de forma satisfatória. Tal situação, conseqüentemente, implica negativamente no desempenho dos/as estudantes que necessitam desse amparo para permanecer no ensino superior.

Na perspectiva de elucidar os aspectos aqui apontados, estruturamos o nosso trabalho em três capítulos, os quais passaremos a apresentá-los.

No primeiro capítulo, intitulado A política de educação brasileira, realizamos um resgate histórico acerca da referida política desde suas protoformas, no período jesuítico, apresentando as principais metamorfoses que a educação brasileira atravessou até se tornar um direito inerente a todos os indivíduos, a partir da criação da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases de 1993, tratando sobre as várias dificuldades enfrentadas para a consolidação do Programa Nacional da Assistência Estudantil (PNAES) até a nossa contemporaneidade. Enfatizando as configurações da educação diante da conjuntura neoliberal que ocasiona no desmonte das políticas públicas em todas as suas esferas, através de um forte processo de precarização, focalização, sucateamento e privatizações.

No segundo capítulo, o papel da família da sociedade e do Estado na Educação, trata inicialmente sobre as principais formações familiares. Avultando a origem da família e o estabelecimento do Estado neoliberal. Discutimos ainda, sobre a educação superior brasileira, com destaque para a assistência estudantil.

No terceiro capítulo, trabalhamos os dados coletados na pesquisa exploratória realizada juntos aos/as discentes inseridos/as na Residência Universitária da UFCG, campus de Cajazeiras/PB. Para tanto, apresentamos o perfil dos/as estudantes/as sujeitos da pesquisa, sugestões dos/as mesmos/as para a melhoria na Assistência Estudantil e como se dá a forma de contato entre o residente e sua família, buscando analisar os dados de forma crítica, concisa e coerente para apreender as reais características do objeto pesquisado, iluminados pelo materialismo histórico, crítico dialético.

Por fim, tecemos as considerações finais, as referências, os anexos e apêndices utilizados para o desenvolvimento deste trabalho.

1 A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BRASILEIRA

1.1 Retrospectiva da política de educação brasileira: dos jesuítas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)

A política educacional em nosso país passou por diversas transformações até chegar a ser “direito de todos e dever do Estado” na Constituição Federal brasileira de 1988, pois anteriormente a esta a educação era destinada apenas as pessoas advindas de famílias abastadas.

Na época do Brasil Colônia, em meados de 1534, a educação foi instituída prioritariamente a partir dos jesuítas como forma de levar o catolicismo para os brasileiros diante da expansão da reforma protestante se dispendo a ensinar os índios a ler e a escrever, além de buscar propagar a fé católica e o trabalho educativo se incumbindo também de proporcionar formação sacerdotal católica para outros povos. Mas o plano legal que tinha como objetivo catequizar e instruir os índios se distanciava cada vez mais do plano real que se constituía em instruir os descendentes dos colonizadores e apenas catequizar os índios. Havia nessa época um jogo de interesses por parte da elite na educação que era dada aos povos e principalmente em se apropriar da mão-de-obra indígena, como aponta Ribeiro (1992, p.25):

A catequese, do ponto de vista religioso, interessava à companhia como fonte de novos adeptos do catolicismo, bastante abalado com o movimento de Reforma. Do ponto de vista econômico, interessava tanto a ela como ao colonizador, à medida que tornava o índio mais dócil e, portanto, mais fácil de ser aproveitado como mão-de-obra.

O sistema utilizado nessa época se baseou no modo de produção escravocrata. Inicialmente aproveitaram-se da mão de obra indígena e posteriormente, por conta da dificuldade de lidar com os índios houve a utilização da mão-de-obra do negro africano. Isso contradizia aquilo que era disseminado pelos jesuítas, pois estes eram contra a escravidão e qualquer tipo de tratamento desumano com os naturais da terra.

Apesar de todas essas questões os jesuítas desempenharam um importante papel na educação brasileira, ensinando em colégios, seminários e universidades, buscando alcançar o antigo prestígio que Igreja Católica Romana havia perdido. A partir de 1550, duas escolas foram colocadas em São Vicente, Bahia com o objetivo de ensinar os meninos órfãos a lerem e a escreverem visando à formação de sacerdotes que pudessem juntamente com os jesuítas dar continuidade ao trabalho de catequizar a população.

As escolas criadas pelos jesuítas eram subsidiadas pelo Estado português para a formação de sacerdotes, dentre outros indivíduos das camadas sociais para educar, catequizar e instruir.

Os jesuítas fundaram escolas na Europa dividindo os estudos em dois graus: o inferior que se tratava do ensino médio e o superior que estava relacionado ao ensino universitário. Neste primeiro utilizaram-se humanidades, gramática e retórica e no segundo teologia e filosofia.

Os sermões pregados pelos jesuítas possuíam grande importância para a catequese e a educação do povo. A partir da utilização de um linguajar simples os padres buscavam impressionar os ouvintes que eram constituídos pelos mais diversos tipos de pessoas, onde muitas destas não estavam acostumadas a refletir acerca desses assuntos, procurando dessa forma, fazer com que as pessoas sentissem culpa pelos pecados que cometiam, dando ao público a idéia de céu e inferno, buscando convencê-los a aderir ao catolicismo como forma de obter os seus pecados perdoados. Outra forma de pregar a salvação pelos jesuítas era a utilização do teatro e da música, onde abordavam questões relacionadas ao cotidiano, mas sempre lhes impondo a importância da moral católica, defendendo idéias voltadas para a fé cristã.

Portugal em meados do século XVIII se encontra sufocada por conta do Tratado de Methuen (1703) que se constituía em um acordo entre Portugal e Inglaterra. Essa negociação se tornou desfavorável para Portugal desembocando em um território de decadência intelectual e institucional. Enquanto isso a Inglaterra estava em ascensão se enriquecendo cada vez mais. Por outro lado, Portugal continuava sendo um país pobre, com uma lavoura precarizada, dirigidos por um

Rei absoluto quase sem fontes de riqueza. Diante à debilidade em que se encontrava era necessário buscar novas formas de estabelecer o poder econômico que se havia perdido, sendo necessária uma fiscalização mais rígida na colônia e conseqüentemente o aparato humano e material deveria ser aumentado. Havia também discriminação entre aqueles que eram nascidos na metrópole e aqueles que eram nascidos na colônia, distribuindo os cargos de forma diferenciada onde as posições mais altas deveriam ser ocupadas somente pelos metropolitanos. Frente a isso, novas técnicas de leitura eram exigidas fazendo com que surgisse a instrução primária que anteriormente era dada pela família. Logo, também isso faz com que boa parte da intelectualidade portuguesa perceba a necessidade de recuperação do prestígio, fazendo com estes criassem um programa de modernização no decorrer do reinado de D. João V, onde há o surgimento da Academia Real de História e também, posteriormente, a criação da Academia Real de Ciências (1779).

Diante de todas essas transformações a companhia de Jesus é expulsa em 1759, onde o pretexto apontado era o de que esta era um empecilho para a perpetuação da unidade cristã e da sociedade civil.

Como tentativa de recuperar o prestígio e emergir economicamente foram realizadas algumas transformações no sistema educacional, buscando assim, formar o perfeito nobre, simplificando os estudos, tentando fazer com que houvesse mais pessoas interessadas nos cursos superiores, procurando também aprimorar a língua portuguesa, fazendo com que esses estudos se tornassem os mais práticos possíveis.

A partir daí busca-se o interesse de formar o indivíduo não mais para a Igreja, mas sim formá-lo pelo Estado e para o Estado e com isso o surgimento do ensino público propriamente dito.

Haviam diversos problemas no Brasil relacionados a formação de professores capacitados para o exercício de seus cargos, pois a única formação que os mesmos tinham estava baseada na jesuítica e era incapaz de atender as necessidades educacionais da população, onde era necessário qualificar pessoal para atender as necessidades do mercado. A educação brasileira foi reduzida

praticamente a nada e o sistema jesuítico totalmente desmantelado. Só após a chegada da família real no Brasil foi que houve mudanças no país.

Durante o período de 1808 a 1850 ocorreu a crise do modelo agrário-exportador dependente e o início da estruturação do modelo agrário-comercial exportador dependente provocando diversas transformações na estrutura social do Brasil Colônia. Com isso, como aponta Ribeiro (1992, p.40), houveram várias propostas de mudanças no campo intelectual:

A partir desta nova realidade (o Brasil como sede da Coroa portuguesa) se fez necessária uma série de medidas atinentes ao campo intelectual geral, como a criação da Imprensa Régia (13-51808, Biblioteca Pública (1810 – franqueada ao público em 1814), Jardim Botânico do Rio (1810), museu Nacional (1818)). Em 1808 circula o primeiro jornal (*A Gazeta do Rio*), em 1812, a primeira revista (*As Variações ou Ensaios de Literatura*), em 1813, a primeira revista carioca – *O Patriota*.

Vários cursos foram criados e com isso houve também a inauguração do nível superior no Brasil, como arquitetura, serralharia, espingardearia, desenho além da criação de um laboratório de química no Rio de Janeiro, a Escola Real de Ciências Artes e Ofícios, Academia de Artes, dentre outros.

Ao mesmo tempo em Portugal houve um aumento do descontentamento da população em relação ao governo frente ao desamparo do território nas mãos de ingleses, além da demora da família real em retornar para a corte.

Diante desse cenário fez-se necessária a criação de uma Constituição em 1822, frente à autonomia política que se instaurava. Esta era baseada na Constituição francesa de 1791, sendo muito mais integral em seus teoremas.

No tocante a educação, tal Constituição preconizava um “sistema nacional de educação” e possuía um duplo ângulo: de um lado ditava distribuição racional por todo o território nacional e de outro a graduação das escolas. Mas, logo esse sistema apresentava diversos limites a ponto dentre os dois ângulos apresentados apenas o primeiro correspondeu, e isso somente relacionado às escolas de primeiras letras. Era necessário um planejamento escolar que viesse a reorganizar os objetivos, o conteúdo e os métodos pra que dessa forma viesse a atender as necessidades da população da nação brasileira, introduzindo uma rede escolar que

estivesse apta a receber todos os cidadãos divididos em seus diferentes graus todos em idade escolar.

O problema também se encontrava na economia do país que estava em crise no século XIX, pois se não havia recursos suficientes para investir na educação, conseqüentemente, não haveria uma reorganização escolar. Logo, a educação escolarizada não seria vista como prioridade e a educação brasileira de modo geral apresentava várias deficiências, tanto quantitativas quanto qualitativas, sem contar que havia falta de amparo profissional para os magistrados e isso acabava por não incentivar um aprimoramento constante.

Nos anos seguintes (1835-1846) são criadas as primeiras escolas normais em Niterói, Bahia, São Paulo e Ceará, na busca de qualificar o pessoal docente.

Relacionada à instrução secundária, as aulas eram dadas de forma particular e avulsa sem que houvesse a devida fiscalização. Consistia no ensino da filosofia, retórica, latim, francês e geometria. O problema é que essas aulas não incluíam todas as matérias essenciais para os exames preparatórios, além de que os alunos deveriam se deslocar até a residência dos professores o que era um fator que contribuía para o desinteresse dos mesmos. A instrução só era procurada por aqueles indivíduos que não possuíam interesse de ingressar no ensino superior para adquirir algum componente da cultura literária.

Mas, o que mais interessava as autoridades eram os cursos que formariam a elite dirigente da sociedade aristocrática brasileira que estava relacionada à instrução superior.

Na década de 1850 a educação é apontada como alvo de grandes realizações, mas que estava submissa ao município da Corte, diante da lei que foi instaurada. Dentre essas realizações entram em destaque: a criação da Inspetoria Primária e Secundária do Município da Corte que tinha a principal função de fiscalizar e dirigir o ensino público, como também o particular, vindo, dessa forma, a propiciar o exercício da liberdade do ensino, preparando também o docente primário; a reformulação dos estatutos da Academia de Belas Artes; reorganização do regimento do Colégio de Preparatórios, utilizando livros e programas aplicados

nas escolas oficiais; preparação do Conservatório de Música e reformulação do regimento da Aula de Comércio da Corte.

Mesmo com essas grandes realizações os estudantes ainda se encontravam longe de corresponder ao critério “liberal” de aprovação diante do despreparo que apresentavam. Havia também ausência de professores especialmente nos cursos médico e jurídico por conta de terem que completar o orçamento com outras atividades diárias. Faltou, dentro desse contexto, uma política educacional integrada entre o centro e as províncias que viesse a atender os interesses das classes minoritárias e não só da elite dominante.

O ensino que era apresentado aos estudantes mostrava graves problemas de formação também por conta de estar baseado em uma metodologia baseada nos modelos estrangeiros e desembocava em não condizer com a realidade que se apresentava no Brasil. O Colégio Pedro II era um grande exemplo desta assertiva, já que se traduzia em um modelo imitado.

No período entre 1870 a 1894 a sociedade brasileira passa por uma época acelerada de mudanças na economia. A camada da elite intelectual brasileira se desenvolve dentro desse processo com a modernização da sociedade e o consumo das “novas idéias” baseadas nos critérios liberais. Isso levará ao final do Império e início da República.

Referente à educação em 1979 é prevista a reforma Leônicio de Carvalho que contem os parâmetros voltados para melhorias no sistema educacional, o mesmo entendia que deveria haver determinadas mudanças para dar impulso a educação, entre as medidas apontadas estavam: a liberdade no ensino, incompatibilidade do exercício o magistério com o de cargos públicos administrativos e a liberdade de freqüência. Nesse mesmo processo outras orientações pedagógicas e positivistas tentavam ser empregadas.

O ensino secundário passa a ter um novo público, onde anteriormente era composto apenas pelo público masculino, passou a ser destinado também ao feminino. Tendo em vista a subordinação a qual estas eram sujeitas a maioria eram analfabetas, apenas uma parcela mínima possuía ensino em casa que era

transmitido através da família e mesmo assim esse tipo de ensino tornava-se muito limitado.

A partir de 1889, diante do fato do aparelho de Estado não corresponder a realidade econômica e política do país, é Proclamada a República onde o modelo norte-americano de governo é adotado, aspecto o qual beneficiaria tanto os indivíduos pertencentes às camadas médias como também a classe dominante. Dentro desse contexto, na organização escolar, há uma grande tendência positivista na metodologia utilizada, como forma de influenciar a partir de suas idéias determinada maneira de pensamento que viesse a condizer com o modelo importado e assim corresponder aos interesses da classe dominante.

De 1894 a 1920 ainda no modelo agrário-comercial exportador dependente, a sociedade continua a modernizar-se utilizando da mão-de-obra cafeeira para produzir riquezas para a elite dominante. Nesse cenário, a educação passou por diversas reformas com o intuito de aperfeiçoar a educação no país, como aponta Ribeiro (1992, p.73):

A série de reformas pelas quais passa a organização escolar revela uma oscilação entre a influência humanista clássica e a realista científica. O código Epiácio Pessoa (1901) acentua a parte literária ao incluir a lógica e retirar a biologia, a sociologia e a moral; a reforma Rivadávia (1911) retoma a orientação positivista tentando infundir um critério prático ao estudo das disciplinas, ampliando a aplicação do princípio de liberdade espiritual ao pregar a liberdade de ensino (desoficialização) e de frequência, abolindo o diploma em favor de um certificado de assistência e aproveitamento, e transferindo os exames de admissão ao ensino superior para as faculdades, com o objetivo de que o secundário se tornasse formador do cidadão e não do candidato ao nível seguinte. Os resultados, no entanto, foram desastrosos. Daí as reformas de 1915 (Carlos Maximiliano) e de 1925 (Luís Aves/Rocha Vaz).

Logo, constatamos que as reformas realizadas até esse período não foram suficientes para resolver os problemas educacionais, pois o método e a teoria educacional brasileira ainda continuavam atrelados ao centro criador que servia de modelo e, conseqüentemente, uma teoria que não condizia com a prática e uma prática sem teoria. Dessa forma, os índices de analfabetismo tendencialmente

umentam, onde mais da metade da população representava esse público. Tal fator se constituía como um problema, pois diante da sociedade urbano-comercial que foi instituída por volta do século XIX, a escrita e a leitura se faziam necessárias dentro desse contexto.

Diante disso, a sociedade brasileira passa a exigir mudanças radicais na educação através de campanhas que demandavam a premência da disseminação da escola no Brasil. Mas, essas campanhas não representaram medidas radicais e não diminuíram os índices de analfabetismo. Havia uma grande ineficiência dos políticos e da sociedade, como um todo, em resolver o problema educacional brasileiro.

As tentativas de mudanças não foram suficientes para propiciarem melhorias significativas para o ensino nas escolas, correspondente a isso podemos citar o ensino primário onde as verbas eram insuficientes atenderem a população e, com isso, apenas um terço da mesma em idade escolar foi atendida, deixando um grande número de pessoas excluídas por completo das escolas o que provocou um aumento no número de analfabetos. No ensino médio havia grande falta de rigor quanto aos exames preparatórios para o ensino superior, além do que as escolas secundárias, em sua maioria, eram predominantemente pagas, onde apenas o público que conseguia cursar era aquele pertencente às camadas sociais mais altas da população. Em relação ao ensino superior foi dada pouca atenção a formação do magistério e os critérios de seleção para professores de nível superior eram insuficientes.

Os anos compreendidos entre 1920 a 1937 foram marcados pela nova crise do modelo agrário-comercial exportador dependente e início da estruturação do modelo nacional-desenvolvimentista, baseado na industrialização. Dentro desse contexto, Nelson Sodré, militar e historiador brasileiro, intitulou esse período como o “declínio das oligarquias”, pois o mesmo foi marcado por lutas sociais que se instauraram por conta das modificações realizadas na estrutura econômica. Nessa perspectiva o operariado buscava ascender no cenário político, como tentativa de amenizar a exploração da classe dominante.

Tanto os dominantes quanto os dominados demandavam mudanças no governo, pois a insatisfação diante dos representantes militares que eram considerados ídolos nacionais era geral. E com relação à organização escolar não foi diferente. No ambiente de contestação em que o país se encontrava, buscava-se combater os métodos e teorias utilizadas nas escolas e faculdades que se apresentavam deficientes na luta contra o analfabetismo e a má formação.

Criou-se a partir daí um grande entusiasmo pela educação e um otimismo pedagógico, onde se procurava incentivar a importância da instrução nos mais diversos níveis, buscando indicar o verdadeiro caminho para a educação brasileira. Essas reformas tinham também o objetivo de tentar implantar a escola primária integral que se utilizaria do português, literatura e história como matérias principais e atividades de trabalhos práticos, manuais, através também de exercícios, jogos e regras de higiene como forma de reformular o ensino baiano em 1925.

Já no ensino médio e superior foram realizadas poucas transformações, logo o cenário continuou em parte inalterado. Com relação ao ensino médio as alterações realizadas estavam voltadas para o desenvolvimento do espírito científico abrangendo diversos cursos integrados ao primário e superior, buscando atender os carecimentos profissionais e de pesquisa científica.

Frente a isso, Ribeiro (1992, p.91) aponta algumas limitações diante da estrutura da organização escolar vigente, vejamos:

Uma limitação teórica a ser assinalada está no fato de representar mais uma forma de transplante cultural e de pedagogismo, isto é, de interpretação do fenômeno educacional sem ter claro as verdadeiras relações que ele estabelece com o contexto do qual é parte. Assim sendo, acabam por acreditar ser a educação um fator determinante na mudança social e tal crença evidencia que, em realidade, o fenômeno educacional está sendo concebido como isolado no contexto, uma vez que a ação que este exerce sobre aquele não é bem definida.

Em 1930, durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1934) foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública na busca de organizar as escolas e universidades brasileiras como forma de diminuir o descontentamento que ressurgia naquela época frente à ameaça do comunismo e de amenizar as problemáticas

educacionais. Por conseguinte, em 1931 são lançadas reformas no ensino superior, onde seria criada nas universidades a reitoria, como forma de administrar a mesma e ainda seriam incluídos os institutos de Medicina, Direito e Engenharia. O ensino secundário, no referente ano, a partir do decreto nº 19.890 é organizado com o objetivo de convertê-lo em um curso eminentemente educativo.

Em seguida em 1934 é criada a segunda Constituição que assegura em suas diretrizes a educação como “direito de todos” (art. 149), sendo proposto ainda o Plano Nacional de Educação e apesar de atender, de certa forma, aos interesses dos reformadores e católicos na Constituição possuía um capítulo especialmente voltado para a educação (cap. II). Nesse mesmo ano foram criadas também no Brasil a Universidade de São Paulo e a Universidade do Distrito Federal.

É criado entre 1937 a 1955 o modelo nacional-desenvolvimentista baseado na industrialização, onde o início desse período é marcado pelo chamado “Estado Novo” durante o governo de Getúlio Vargas. Na educação, alguns princípios anteriores são mantidos procurando dar lugar ao trabalho manual, além de apresentar medidas ao programa de política escolar, voltados para o ensino pré-vocacional e profissional para as classes minoritárias para que, dessa forma, todos viessem a cooperar para o desenvolvimento da economia brasileira. Além do que, percebe-se a partir daí, “um reforço no transplante da ideologia nazi-facista⁴” (ZANLORENZI; NASCIMENTO, 2005, p.6) que entra nas escolas a partir da Reforma de Capanema (1942), que abrangia o ensino secundário e técnico-industrial, na busca de adaptar os indivíduos ao sistema.

Além dessas iniciativas, introduziu-se em 1937 o ensino a distância a partir do Serviço de Rádio difusão Educativa, do Ministério da Educação, que trazia aulas no rádio, onde estas eram acompanhadas por material impresso. A empresa que trouxe esse serviço de ensino a distância foi o Instituto Monitor, atendendo mais de 5 milhões de pessoas.

Em 1946 uma nova Constituição é promulgada e nela são reafirmados princípios democráticos, reforçando a questão do ensino gratuito primário para

⁴ Tratava-se de um movimento nacionalista antidemocrático e autoritarista, onde a população deveria se subordinar completamente ao Estado.

todos (art. 168), apontando também a responsabilidade das empresas quanto a educação para filhos de empregados e menores.

Nesse período, evidencia-se que uma melhor formação do professor e a redução do número de alunos por sala, não foram suficientes para se conseguir resultados satisfatórios na educação. Já o ensino industriário de acordo com Ribeiro (1992, p.127) teve um aumento bastante significativo nas matrículas realizadas e foi o que recebeu maior atenção no aparelhamento. Isso demonstra o interesse que a classe dominante possuía em inserir impreterivelmente os trabalhadores no setor industriário como forma destes últimos contribuírem para o desenvolvimento da economia, ou seja, na perspectiva de fortalecer eminentemente o capital, preparando a força de trabalho para o modo de produção capitalista.

Durante o período de 1955 a 1968 o Brasil passa pela crise do modelo nacional-desenvolvimentista de industrialização, implantação do modelo “associado” de desenvolvimento econômico e a morte de Getúlio Vargas que levou a nação inteira a ficar abalada com a situação, provocando com isso, várias revoltas no país.

Em seguida Juscelino Kubistchek vence as eleições e toma o poder se tornando presidente do país com a promessa de fazer o Brasil crescer “50 anos em 5”, transformando o país, contando com o apoio de vários setores da burguesia industrial e agrária além do operariado.

Para tanto, o referido governo na perspectiva de “elevar” o nível de vida das população, estava voltado para a execução de objetivos voltados para a questão da alimentação, educação, transporte, saúde, indústrias de base e a construção de Brasília. Mas, a principal intenção de incluir essa ideologia desenvolvimentista era de que a educação fosse colocada a serviço do desenvolvimento econômico do país e não para desenvolver mentes pensantes e intelectuais preparados.

Referente à educação, em 1956 grande ênfase era dada aos cursos técnicos como forma de qualificar a população para trabalhar nos setores industriários. Juscelino possuía outras visões quanto às escolas de ensino secundário com mais opções e possibilidades, percebendo a necessidade de qualificar professores,

administradores, inspetores, técnicos, além da preparação também de técnicos do nível médio para trabalharem no comércio, na indústria e na agricultura.

Nesse período alguns órgãos e instituições relevantes foram criados voltados para atender a política educacional, como trata Cunha (1991, p. 184):

O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) – Órgão do Ministério Educação e Cultura – foi criado em 30 de julho de 1938 pela Lei Federal de nº 580. Administrado já por Lourenço Filho e por Murilo Braga, respectivamente encontrava-se o INEP, desde 1952, sob a gestão de Anísio Teixeira, quando foi criado o Centro de Pesquisas Educacionais (CBPE) - instituído pelo decreto federal nº38.460 de 28 de dezembro de 1955. Subordinado ao INEP, o CBPE era dirigido também por Anísio Teixeira [...].

Esses órgãos contribuíram significativamente para a implementação da política educacional brasileira, inclusive o INEP procurou exercer a liderança intelectual das reformas educacionais, originando os principais artifícios de modernização do ensino primário e médio.

Na perspectiva de mudanças, inicia-se uma clara discussão entre os anos de 1958 a 1961 em favor das escolas públicas em detrimento das escolas privadas que era defendida por Carlos Lacerda, jornalista e deputado federal do Distrito Federal, que lutava contra o monopólio estatal da educação, denunciava a má aplicação das verbas públicas e protegia o ensino público, gratuito e de qualidade. Mas na realidade ele demonstrava que seu compromisso real estava voltado para a elite dirigente, ou seja, para uma educação que respondesse aos interesses capitalistas. Apesar disso, contribuiu significativamente para a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e conseqüentemente para a educação brasileira como um todo.

A Igreja Católica acusava a escola pública insistentemente, partindo do argumento de que esta instruía, mas não educava os indivíduos da forma correta, assim diziam que a escola confessional era a única que possuía condições de desenvolver a inteligência, formar o caráter e educar a população. Para enfatizar essa postura, acusavam a população que defendia a escola pública de ser

comunista e socialista, afirmando que estes eram inimigos de Deus, da família e da Pátria.

As camadas mais pauperizadas da sociedade que defendiam a escola pública rebatiam de forma contrária ressaltando que a valorização da escola particular traria benefícios apenas para os grupos sociais mais privilegiados, tratando que deveria haver a valorização da escola pública para beneficiar um maior contingente de pessoas.

Na primeira metade dos anos de 1960 ocorrem vários movimentos de educação popular, como tentativa de superação do nível de organização educacional, possuindo também a perspectiva de buscar criar novos métodos de alfabetização para que os indivíduos pudessem se tornar mais politizados. Dentre esses movimentos podemos citar: os Movimentos de cultura popular e o Movimento de Educação de Base. Muitos desses grupos realizavam peças de teatro, musicais e exposições na rua, nas praças e nas universidades, cujos temas estavam relacionados aos acontecimentos que se passavam no cenário social brasileiro.

No ano seguinte é criada a Lei de Diretrizes e Bases nº 4.024/61 depois de várias reformas e alterações nas emendas, no intuito de oferecer uma educação igualitária configurada como direito de todos. Para tanto, alguns projetos de lei foram discutidos na Assembléia Constituinte na busca de aperfeiçoar a LDB. Desse modo, foram realizadas várias discussões abordando as necessidades da educação como forma de obter melhorias para os respectivos projetos educacionais.

Em 1960 Jânio quadros sucedeu Juscelino, sendo eleito de forma expressiva, porém seu governo durou poucos meses, gerando uma crise no cenário político. Desse modo, Jânio renunciou a presidência com o argumento de que “forças terríveis” tinham feito o mesmo tomar aquela atitude.

Frente a todo esse cenário, as classes conservadoras temeram a ameaça comunista que se levantava nesse momento histórico. Assim, João Goulart toma o poder sucedendo Jânio. Este primeiro assinou vários decretos a favor das minorias sociais tendo grande impacto popular. Contudo, as classes conservadoras inconformadas com a situação e o Alto Comando das Forças Armadas acusaram o presidente de conivência com os atos de indisciplina que ameaçavam a hierarquia

militar. Destarte, é deflagrado o Golpe Militar em primeiro de abril do ano de 1964, afastando Jango da presidência, assumindo o poder General Costa e Silva (1967-1969).

Diante de todo o contexto histórico em que o Brasil se encontrava e o clima de vazio ideológico que se instaurou, podemos perceber que o terror político atingiu em larga medida o campo educacional, pois com o golpe o projeto de reforma universitária tornou-se inviável e o Plano Nacional de Alfabetização foi extinto.

Frente a isso, outras atitudes foram tomadas para buscar reerguer os projetos educacionais. Dessa forma, o MEC/USAID (Ministério da Educação e Cultura/United States Agency International for Development) procuravam de alguma forma mudar o quadro. Mas a UNE (União Nacional dos Estudantes) denunciava este último enquanto dispositivo de submissão da educação aos interesses norte-americanos. Logo, dentro desse cenário onde se estabelecia o regime militar, as atividades e projetos deveriam ser realizados de forma sigilosa.

Em 1968 através de Márcio Moreira Alves – deputado que publicou o livro *Beabá dos MEC/USAID*, tonando público os projetos em andamento – foi criado o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização), com o intuito de alfabetizar jovens e adultos que haviam abandonado a escola, buscando incentivar a escrita e a leitura, aproveitando-se da didática de Paulo Freire⁵ como forma de integrar o indivíduo a sociedade. Posteriormente, foi aprovada também a Lei n.º 5.540/68 que institui medidas voltadas para a organização e o funcionamento do ensino superior. Todavia, cabe-nos salientar que:

O Regime Militar espelhou na educação o caráter antidemocrático de sua proposta ideológica de governo: professores foram presos e demitidos; universidades foram invadidas; estudantes foram presos e feridos nos confrontos com a polícia e alguns foram mortos; os estudantes foram calados e a União Nacional dos Estudantes proibida de

⁵ Paulo Freire (1921-1997) foi um educador, pedagogista e filósofo brasileiro, sendo considerado Patrono da Educação Brasileira e um dos mais importantes pensadores na história da pedagogia mundial, destacando-se principalmente por seu trabalho na área da educação popular. Ele contribuiu de forma notória para a educação brasileira através de suas obras (*Pedagogia do Oprimido*, *Pedagogia da Autonomia*, *Política e Educação* e etc.), apresentando um projeto educacional democrático e libertador.

funcionar; o Decreto-Lei 477 calou a boca de alunos e professores (SILVA, 2012, p.25).

Concomitante a esse período o governo de Garrastazu Médici (1969-1974) através do decreto nº 66.600, de 20 de maio de 1970 instituiu a Lei nº 5.692, de 1971, que possuía em seus estatutos a expansão da escolaridade obrigatória de 4 para 8 anos, fazendo a junção do primário com o ginásio e também a introdução do ensino profissionalizante no ensino médio.

Destarte, nesse contexto permeado por contestações a ordem vigente por parte dos movimentos sociais, no ano de 1985, logo após o fim da ditadura, vários aspectos relacionados a política nacional foram repensados, inclusive sobre a educação brasileira, frente as novas demandas que surgiam.

Após os eventos ocorridos em Goiânia em 1986 como a 4ª Conferência Brasileira de Educação, realizada pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), a Associação Nacional de Educação (Ande) e o Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes), foram apresentadas várias propostas de melhorias na educação inclusive sobre a efetivação da educação como “direito de todos e dever do Estado”. Nesse contexto de mudanças na sociedade, em cinco de outubro de 1988 foi aprovada a Constituição Federal representando um marco para a sociedade por defender a primazia do papel do Estado no tocante à efetivação das políticas públicas.

No que diz respeito à educação, a referida Carta Magna defende que:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade. Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que: I –

comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação.

O Brasil parecia ter despertado para a relevância que esse assunto possui, porém não é o que foi e vem sendo visto pela sociedade, sobretudo, por parte da população que necessita da educação pública, pois a partir dos anos de 1990 com a implantação da política neoliberal, Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) propõe uma ampla reforma no Estado, como forma fortalecer a economia do país e amenizar os efeitos da crise fiscal. Essas reformas mudaram de certa forma as responsabilidades que o Estado obtinha. Este passa a assumir o papel de regulador, reduzindo sua função de executor e prestador de direitos, tornando-se um Estado mínimo para social e máximo para o capital. Consequentemente, parte dessa responsabilidade acaba por ser assumida pela sociedade civil e, assim foram criados programas de publicização incentivando o envolvimento da população para o cumprimento de responsabilidades inerentes ao Estado.

É nesse cenário que se definem as novas formas em que a política educacional brasileira será desenvolvida, através de um conjunto de reformas educacionais, as quais foram influenciadas por vários Organismos Internacionais, tais como: a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), o Banco Mundial (BM) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), dentre outros. Essas reformas no Brasil:

[...] são uma intervenção consentida realizada pelas autoridades educacionais nos moldes das agências multilaterais, no contexto da universalização do capitalismo, direcionadas por uma razão instrumental e pela busca de consenso social geral, que se constitui no epicentro de um processo de mercantilização da esfera política, em geral, e da esfera educacional em particular – lócus privilegiado, para o Estado, de formação do ser social, portanto, de construção de um novo pacto social [...] (SILVA, 2002, p.76).

Ou seja, tais reformas tinham o caráter de preparar a massa de manobra para a serventia ao capital internacional que se instalava no Brasil, pois, de fato, não seria interessante para a burguesia fomentar a construção de mentes

pensantes para compreender os efeitos deletérios provocados pelo modo de produção capitalista.

Mas, apesar dos grandes esforços para tentar mudar a educação brasileira, a mesma ainda apresentava várias deficiências. Entre elas podemos citar a distorção existente entre idade e série, a evasão escolar, os baixos salários dos docentes e qualificação deficiente, o baixo rendimento escolar, dentre outros.

Como forma de amenizar as deficiências que a educação ainda apresentava, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) é aprovada em 20 de dezembro de 1996, através de um longo processo de tramitação desde a Constituição de 1988, envolvendo tanto as instituições públicas quanto as privadas. Dentre os aspectos mais relevantes referentes à educação estão os seguintes:

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância; V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII - valorização do profissional da educação escolar; VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX - garantia de padrão de qualidade; X - valorização da experiência extra-escolar; XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

A LDB foi uma grande conquista para a educação brasileira, pois normatizou a educação possibilitando novos rumos, garantindo a organização do sistema educacional brasileiro, sendo vista como um ordenamento jurídico de grande impacto. Esta trouxe melhorias significativas para a educação dos cidadãos. Mas, como várias leis que são sancionadas, a LDB está longe de gerar um real impacto na educação na prática, pois várias de suas normas não foram cumpridas, tendo em vista, que a educação brasileira ainda apresenta muitas deficiências.

1.2 Peculiaridades da Política de Educação dos anos de 1990 à contemporaneidade

As transformações ocorridas na sociedade desde os anos de 1990 reconfiguraram o cenário educacional brasileiro. Destarte, as mudanças político-econômicas e culturais no Brasil ganharam força por conta da crise que se instaurava na década de 1990, por conta do endividamento externo e também pelos ajustes econômicos que foram realizados como forma de estabilizar a economia.

Esse momento histórico é caracterizado pela ascensão do neoliberalismo que começa a tomar forma no cenário político, com a entrada do presidente Fernando Collor de Melo (1990-1992). Em seu governo, como forma de ajustar a sociedade à nova ordem mundial que emergia, o mercado passou a ser o regulador das relações sociais estabelecidas entre os indivíduos. Conseqüentemente, a política educacional foi atingida por essa forma de regulação, sendo fortemente marcada pelas privatizações, clientelismo, muito discurso e pouca ação.

Apesar das dificuldades que o setor educacional enfrentava, foi possível, de certa forma, conseguir alguns ganhos para tal política, onde alguns programas e projetos foram criados para dar suporte a mesma, como:

O Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania – PNAC (1990), O Programa Setorial de Ação do Governo Collor na área de educação (1991-1995) e Brasil: um Projeto de Reconstrução Nacional (1991) (YANAGUITA, 2011, p.04).

O Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania propunha alfabetizar jovens e adultos na busca de reduzir o número de analfabetos que nesse período se encontrava bastante significativo.

O Programa Setorial de Ação do Governo Collor na área de educação procurava adaptar todo o país ao novo mundo tecnológico que emergia e inserir o Brasil no mundo moderno. A educação possibilitaria que os indivíduos se adaptassem a esse momento histórico para o desenvolvimento ordenado do país.

Já o projeto denominado em “Brasil: um Projeto de Reconstrução Nacional” possuía o objetivo de reformar o Estado, “visando à modernização da economia, a

qual deveria ter no setor privado sua base principal” (YANAGUITA, 2011, p. 4). A educação nesse projeto foi considerada um componente essencial para a reestruturação econômica brasileira.

Seguindo o contexto de transformações no âmbito da educação, o presidente Itamar Franco (1992-1994) realizou o Plano Decenal de Educação para Todos, que estava relacionado à educação básica possuindo destaque no ensino fundamental, como forma de recuperar este último, assegurando que até o ano de 2003 crianças, jovens e adultos teriam educação de qualidade, atendendo as suas necessidades frente ao mundo moderno. Os objetivos principais do plano são:

1. Satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem das crianças, jovens e adultos, provendo-lhes as competências fundamentais requeridas para a participação na vida econômica, social, política e cultural do país, especialmente as necessidades do mundo do trabalho;
2. universalizar, com equidade, as oportunidades de alcançar e manter níveis apropriados de aprendizagem e desenvolvimento;
3. ampliar os meios e o alcance da educação básica;
4. favorecer um ambiente adequado à aprendizagem;
5. fortalecer os espaços institucionais de acordos, parcerias e compromisso;
6. incrementar os recursos financeiros para manutenção e para investimentos na qualidade da educação básica, conferindo maior eficiência e equidade em sua distribuição e aplicação;
7. estabelecer canais mais amplos e qualificados de cooperação e intercâmbio educacional e cultural de caráter bilateral, multilateral e internacional (NEVES, 2000, p. 157).

Mas, esse plano nem sequer chegou a sair do papel, fazendo com que seus objetivos não se efetivassem e os problemas educacionais continuaram praticamente intocáveis.

O governo de FHC se ocupou em realizar várias reformas em todos os âmbitos (reforma Administrativa, do Estado, da Economia), principalmente no que tange a política educacional brasileira, incluindo aquelas que já estavam em tramitação desde a Constituição de 1988.

Os movimentos sociais que naquele momento tinham como uma das principais bandeiras de luta a defesa do ensino público e gratuito, exigiam a realização dessas reformas, mas não da maneira como as mesmas vinha sendo

efetivadas pelo referido gestor, estreitamente ligadas ao capital nacional e estrangeiro.

O governo de FHC procurou regulamentar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, lei nº. 9.394, de 1996), complementando a mesma com outras leis e decretos relevantes. Logo, foi aprovado também o Plano Nacional de Educação (lei nº. 10.172, de 09 de janeiro de 2001), que estava contido na LDBEN, introduzindo na política educacional brasileira, vejamos:

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), o Programa de Apoio aos Núcleos de Excelência (PRONEX), com as Diretrizes Curriculares para o ensino de 3º grau, com a proposta de autonomia para as Instituições Federais de Ensino Superior com os programas compensatórios elaborados pelo Ministério da Educação, além de outras tantas leis, decretos, portarias, medidas provisórias, protocolos, pareceres e emendas constitucionais (HERMIDA, 2012, p.1440).

A Reforma educacional realizada no governo de FHC trouxe para a educação uma nova realidade, diferente daquela anterior ao seu governo, a partir da implementação de propostas inovadoras, apesar de estar longe de atender de fato a população de forma universal com educação gratuita e de qualidade.

Ressaltamos que a Assembléia Constituinte 1987/1988 decidiu várias propostas que foram lançadas como forma de decidir novos rumos para a educação brasileira, reunindo políticos, docentes, setores simpatizantes da sociedade civil, trabalhadores, retomando suas tradições democráticas, lutando pelos direitos da cidadania e emancipação social. Isso, como podemos ver, refletiu na educação de algum modo, trazendo garantias para a população brasileira que outrora se encontrava desprovida de instrução e impedida de se manifestar dentro do cenário político, porém, o objetivo principal, indubitavelmente, consistia na busca pelo fortalecimento do mercado.

Em 1998 o sistema neoliberal e o monetarismo (estabilidade monetária) se consolidam, e a abertura do mercado para os fluxos e capitais internacionais se intensifica. O modelo de “Estado mínimo” logo é implantado fazendo que haja redução no valor do salário mínimo, e a redução dos recursos destinados para o social. Em outras palavras, a consolidação desse sistema faz com que seja

necessário retirar recursos destinados para a área social para o atendimento das demandas do capital, desobrigando o Estado para com o cumprimento dos direitos sociais, deixando, conseqüentemente, a área educacional também desamparada.

Está claro que a real intenção da reforma do Estado estava voltada para o atendimento das necessidades do capital e não da população. Seu governo mostrou que a igualdade de oportunidades e a erradicação da pobreza no país não passavam de mitos da reforma, pois a LDBEN foi apresentada como solução para estas duas premissas citadas. O problema é que as mesmas nunca se tornaram objetivos concretos dentro do sistema neoliberal em que o Brasil estava mergulhado.

Em 2003, Luís Inácio Lula da Silva assume a presidência. Seu mandato (2003-2010) foi marcado por várias “melhorias” na área educacional, realizando mudanças bastante significativas principalmente no tocante ao ensino superior. Mas, nos seus primeiros quatro anos de mandato diante de algumas fragilidades apresentadas pelo governo anterior, a política educacional recebeu poucas mudanças, “[...] assim assistimos, ações esparsas e uma grande diversidade de programas especiais, em sua maioria dirigidos a um público focalizado entre os mais vulneráveis” (OLIVEIRA, 2009, p.198).

Somente em 2006 é que a política educacional de seu governo começou a tomar forma, a partir da criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) através da Emenda Constitucional nº 53, 19/12/2006, sendo convertido e ampliado através do estabelecimento do Fundo de Financiamento e Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) tornando-se um mecanismo que se moldava em três estágios: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Os programas iniciais executados em seu governo tinham caráter eminentemente compensatórios e assistenciais, tendo como principal alvo aqueles que estavam abaixo da linha da pobreza, ou seja, os “pobres dos mais pobres”, os miseráveis.

Surge em 2007, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) prevendo um maior aporte de recursos para a manutenção e o desenvolvimento da educação, tendo como principal objetivo melhorar a qualidade da educação brasileira através de critérios que viessem a atingir todos os níveis de ensino, além de outras providências:

(No tocante à educação superior, o PDE define os seguintes princípios complementares entre si: I) expansão da oferta de vagas; II) garantia de qualidade; III) promoção de inclusão social pela educação; IV) ordenamento territorial, levando o ensino superior às regiões mais remotas e V) fortalecer o desenvolvimento econômico, seja como formadora de recursos humanos altamente qualificados, seja na produção científico-tecnológica (DANTAS; JUNIOR, 2011, p.8).

Juntamente com este plano foi criado também o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) que eram responsáveis por avaliar o sistema de educação brasileiro, visando o desenvolvimento desta última.

Vários outros programas foram criados no governo Lula, sendo estes considerados um avanço para a educação brasileira, principalmente no que tange ao ensino superior, tais como: Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), onde, este último foi apresentado como instrumento de consolidação do REUNI, tendo como principal objetivo garantir a permanência do aluno no ensino superior, possuindo predominância para os mais carentes, além da criação também do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES). Todos esses programas estavam voltados para uma política de concessão de bolsas tanto integrais quanto parciais.

Outra conquista importante se constitui através do PROUNI que reserva parte das vagas das universidades privadas e públicas para os afrodescendentes através do sistema de cotas.

O governo Lula, após cumprir seu segundo mandato, ainda conseguiu, logicamente que através das eleições, eleger a Presidente Dilma Roussef, a qual

assumiu o poder em primeiro de janeiro de 2011. Pela primeira vez na história do Brasil uma mulher se tornou presidente.

Em relação à educação, a mesma deu continuidade aos projetos do governo Lula e incluiu outros projetos a fim de buscar melhorias significativas para o ensino brasileiro. Dentre eles, em seu governo, foi apresentado o Plano de expansão da Rede Federal de Educação Superior e Profissional e Tecnológica, com o intuito de ampliar o número de vagas nas universidades federais.

Criou também outros com o intuito de preparar pessoal capacitado para ingressar no mercado de trabalho. Um dos primeiros programas que emergiu foi o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec), que tinha como principais objetivos ofertar cursos para qualificação profissional; construir e ampliar escolas que ofertam educação profissional e tecnológica; ampliar as oportunidades para os trabalhadores por meio desses cursos, dentre outros. Esse programa se constitui numa parceria entre as redes privadas de ensino e o governo federal. O Brasil avança nos cursos técnicos, mas em compensação o principal interesse de introduzir mais pessoas nos IFETS está relacionado a corresponder a escassez de mão de obra qualificada no país, para atender a demanda das grandes empresas, sobretudo as multinacionais.

Outro programa criado em seu governo foi o Ciências Sem Fronteiras, que se configura como uma iniciativa conjunta entre o Ministério da Educação (MEC) e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPQ), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e das Secretarias de Ensino Superior e Tecnológico do MEC. Possuindo como objetivo principal permitir que o estudante brasileiro tenha a oportunidade de estudar nos países conveniados com o projeto, oferecendo bolsas para os mesmos estudarem no exterior.

Em seu governo os avanços na educação brasileira foram expressivas, mas isso se apresenta apenas em números. Em um pronunciamento a Presidente Dilma ao se referir à educação brasileira salientou que:

O governo já entregou quase 1.300 creches e mais 3.100 unidades estão em construção. Já as escolas públicas em

tempo integral, de acordo com a presidenta, devem chegar a 60 mil ainda este ano e 300 mil professores alfabetizadores estão fazendo cursos de formação. Eu sempre digo que a educação é o nosso passaporte para o futuro (LABOISSIÈRE, 2014, p.1).

O grande problema como podemos perceber, diante dos resultados reais que vemos na educação na atualidade, é que realmente houve a ampliação do número de vagas, bem como o crescimento do número de instituições construídas, porém a qualidade no ensino continua sendo frágil e sem grandes resultados. É inegável a melhoria que a política educacional teve em nosso país, mas a mesma está longe de garantir educação de qualidade de forma universal. Seria utópico pensar que essa garantia pudesse atingir a realidade de fato, pois não é de interesse do Estado garantir esse direito a todos.

Assim, o discurso da “educação universal e de qualidade” permanece somente no papel em nossa Constituição Brasileira, não se estabelecendo um direito garantido.

Outra questão bastante pertinente é que no Brasil vê-se, durante todos os governos e momentos históricos apresentados um extremo esforço de ressaltar a educação a serviço do desenvolvimento da economia brasileira, como se o papel da educação fosse somente este:

O grande desafio para os países latino-americanos consiste em oferecer aprendizagem, investigação e oportunidades de trabalho para seus indivíduos, de forma equitativa e equilibrada, a fim de assegurar conhecimentos avançados que oportunizem o desenvolvimento de suas economias, uma vez que esses mesmos países estão se convertendo em protagonistas do mercado global. (STALLIVIERI, 2006, p.02)

A educação deve ser entendida como patrimônio da sociedade, instrumento de formação para a emancipação humana e não como um mero instrumento a serviço do capital. Ela representa a luta pelos direitos coletivos da sociedade na busca de “abrir o olhar” para um novo mundo de possibilidades e ações que venham a contribuir para o bem comum de todos.

Ressaltamos que uma educação de qualidade deve ser garantida a todos os indivíduos independente da situação em que os mesmos se encontrem, possibilitando a real construção do conhecimento crítico.

1.3 A educação Superior brasileira: ênfase na assistência estudantil

Discutir sobre a educação superior no país tornou-se algo desafiador e, ao mesmo tempo, instigante, pois por um lado presenciamos grandes conquistas para a educação, por outro lado, a mesma ainda apresenta muitas deficiências, em todos as fases de ensino e esses problemas acabam por repercutir no ensino superior.

Para darmos início a esse debate precisamos ter em mente o que compete as instituições públicas e as instituições privadas de ensino e como ambas são administradas em nosso país.

A educação superior pública é mantida pelo poder público em nível federal, estadual e municipal⁶. O governo federal se constitui o principal mantenedor dessas instituições. Porém, são poucas as instituições estaduais (mantidas pelo governo estadual) existentes no país, estando mais presentes na região sul e sudeste.

As instituições municipais, que são de número bastante inferior se comparado aos outros dois tipos de instituições que recebem recursos do governo, contam com o apoio financeiro do governo municipal. Estatisticamente, têm-se apenas 62 instituições dessa natureza no Brasil, distribuídas entre universidades, centros universitários, faculdades ou centros educacionais tecnológicos. Todas essas instituições (federais e estaduais) possuem ensino gratuito (STALLIVIERI, 2006, p.07).

Em se tratando das instituições privadas o financiamento destas é realizado através do pagamento das mensalidades dos estudantes, tanto para os cursos de graduação quanto também para os cursos de pós-graduação. Cabe ressaltar que as mensalidades também podem ser custeadas pelo FIES⁷. Dentre essas

⁶ Diante do pequeno número de universidades municipais existentes citamos alguns exemplos para que o leitor possa ter conhecimento de quais se tratam, tais como: Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) e Universidade de Taubaté (UNITAU).

⁷ O financiamento pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) se dá através do pagamento trimestral do estudante de até 50,00 e após a conclusão do curso e o período de carência (18 meses) o saldo devedor do discente poderá ser dividido em até 13 anos.

instituições, algumas são mantidas por membros da comunidade ou ordens religiosas tais como as Pontifícias Universidades Católicas (PUCs). E muitas delas são fundadas por grandes empresários que não fazem parte do meio educacional.

De acordo com Stallivieri (2006, p.02) “As matrículas no ensino superior nos últimos anos dobraram e continuam se expandindo, assim como também o número de cursos oferecidos nas universidades federais e privadas”, como forma de buscar atender as demandas do mercado de trabalho que hoje em dia exige qualificações mais altas dos brasileiros.

O grande problema que podemos ver em nossa atualidade é que o número limitado de vagas que as universidades federais disponibilizam, impossibilitam que os alunos ingressem no ensino público, fazendo com que os mesmos migrem para o ensino privado, não garantindo o ensino gratuito a todos que é um direito presente na CF/88.

Dentro dessa assertiva podemos perceber que a educação está deixando de ser um bem público e se tornando um negócio extremamente lucrativo, atendendo aos interesses do mercado, ou seja, se por um lado o ensino privado tem facilitado o ingresso de alguns brasileiros no ensino superior, através de uma política de incentivo do próprio governo federal, por outro tem favorecido a valorização do ensino privado e a desvalorização do ensino público.

Nos últimos anos o setor privado tem crescido bastante em nosso país, como aponta Stallivieri (2006, p.08):

Um dado relevante a ser trazido para discussão é o forte crescimento do setor privado no Brasil, especialmente nos últimos anos. Os registros do Censo da Educação Superior apontam para um grande incremento de instituições juridicamente classificadas como particulares. Tomando-se como referência o período entre 1999 e 2001, enquanto houve uma redução de 20% no total de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, as instituições particulares cresceram em 72%.

Isso é um reflexo da privatização das universidades brasileiras por conta da falta de recursos existentes em benefício das universidades públicas. Conseqüentemente, houve o aumento da oferta de vagas nas universidades

privadas, ocasionando, de certa forma, a deterioração da pública. Além do que há um esforço do setor privado em reforçar a ideia de que o ensino superior da pública não é de boa qualidade, aspecto o qual leva a valorização das universidades privadas fazendo com que as mesmas lucrem exacerbadamente com a educação.

Um fato que comprova essa assertiva está relacionado à introdução de programas de financiamento do ensino superior tais como o PROUNI e o FIES, que possibilitaram a entrada de um grande contingente de alunos de baixa renda nas universidades privadas. Os estudantes não foram os únicos que se beneficiaram com esses programas, as próprias faculdades privadas conseguiram vantagens, pois ganharam isenções de impostos e incentivos dos recursos públicos, em troca da abertura de vagas para estudantes advindos de classes subalternas, transformando o ensino em um grande negócio.

Outro tipo de ensino que tem crescido notavelmente tem sido o Ensino a Distância (EAD), que se constitui também em um instrumento de mercantilização do ensino. Esse tipo de ensino/aprendizagem consiste em possibilitar que os estudantes assistam às aulas pela internet em qualquer lugar, possuindo apenas um computador e professores virtuais. Essas instituições oferecem vários cursos que possuem um período de duração bem menor e várias pessoas que não tem tempo de estudar em um curso presencial, ingressam nos mesmos em busca de obterem um diploma e subir de cargo dentro de uma organização. Mas, esse tipo de ensino/aprendizagem gera sérios problemas para a educação que é transmitida para esses discentes, pois os mesmos ficam impossibilitados de debater em sala de aula juntamente com o professor e os estudantes, tornando esse ensino superficial e sem a real qualidade de um debate crítico que uma aula presencial possui. Esse quadro acaba por não contribuir para uma formação de qualidade para os estudantes que ingressam nas EADs.

A partir do momento em que o governo incentiva o financiamento desses programas o ensino público é atingido, pois as verbas destinadas para os mesmos contingenciam à educação pública em todos os níveis e modalidades.

Esses programas também dão a idéia de inclusão e igualdade no ensino superior, mas na realidade isso só veio a contribuir para o enriquecimento da

iniciativa privada em detrimento da pública, sem contar que a partir do momento que o governo libera mais verbas para as universidades privadas sobram menos recursos para as universidades públicas e conseqüentemente a falta de disponibilidade de vagas para as universidades federais, fragilizando o ensino que realmente deveria ser garantido.

O ensino superior ainda apresenta muitas problemáticas que precisam ser corrigidas e assim possibilitar a mudança tendo uma perspectiva de melhorar o ensino tanto nas instituições públicas quanto nas privadas, que ainda demonstra muitas fragilidades tanto nos métodos de ensino utilizados, quanto nas teorias implementadas. “As universidades precisam estar situadas no novo marco da formação que segue no momento atual, reconfigurando suas ofertas e, ainda, proporcionar cursos de qualidade, com projetos pedagógicos bem definidos” (SPANHOLI e RIOS 2009, p.08).

Para mudar esse quadro seria necessário um esforço conjunto de toda a sociedade, propiciando visualizar novos rumos para a educação superior, cooperando para que esta venha a contribuir de fato com a formação de indivíduos habilitados, possibilitando que estes tenham uma capacitação voltada para a transformação da realidade e não só como instrumento a serviço do capital.

Como forma de visualizar as problemáticas em que o ensino superior estava vivenciando estudos foram realizados em 2004 pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), demonstrando que o perfil socioeconômico brasileiro está reproduzido no perfil dos estudantes dos Institutos Federais de Ensino Superior (IFES). Os resultados desse estudo apresentaram dificuldades socioeconômicas em grande parte dos discentes como justificativa da evasão em que as instituições demonstravam naquele dado momento (FONAPRACE, 2011, p.2).

Diante disso, questões como alimentação, moradia e meio de transporte tornam-se primordiais para garantir a permanência do estudante no ensino superior. Dessa forma, visualiza-se que são necessárias ações assistenciais que venham corresponder às carências apresentadas pelos discentes e concomitantemente garantir a inclusão social e a qualidade do ensino.

Para isso criou-se o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) sendo aprovada em 2001 e regulamentado em 2007 através do Ministério da Educação (MEC), porém apenas em 2010 constituindo-se como um decreto que posteriormente seria efetivado. Esse programa é visto como um avanço para o ensino superior, pois a partir do PNAES a educação foi compreendida como um direito social.

O PNAES rege-se pelos seguintes princípios: “gratuidade do ensino; igualdade de condições para o acesso, permanência e conclusão de curso nas IFES; formação ampliada na sustentação do pleno desenvolvimento integral dos estudantes; garantia da democratização e da qualidade dos serviços prestados a comunidade estudantil; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; orientação humanística e preparação para o exercício pleno da cidadania; defesa em favor da justiça social e eliminação de todas as formas de preconceito; pluralismo de ideias e reconhecimento da liberdade como valor ético central” (FONAPRACE, 2007, p.10).

A mesma procura não só proporcionar o ensino gratuito para o estudante, mas também viabiliza mecanismos para a permanência do discente até a conclusão do curso, principalmente no que toca ao estudante de baixa renda que não possui condições suficientes de se manter no ensino superior, garantindo que o mesmo esteja incluído no ensino, pesquisa e extensão, onde a partir dos programas disponibiliza o atendimento das suas necessidades básicas de alimentação, moradia, saúde, cultura, transporte, apoio acadêmico, participação e aprendizagem nos casos de estudantes com deficiência, lazer, dentre outras. O PNAES busca essas garantias para o discente na universidade para que, conseqüentemente, estes venham a apresentar um bom desempenho acadêmico e qualidade de vida, procurando proporcionar a igualdade de oportunidades para todos.

Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases possui normas que dão suporte a assistência estudantil, tais como: “Art. 3º - O ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios: I – Igualdade de condições para o acesso a permanência na escola; [...] a LDB determina ainda que a educação deve englobar os processos formativos e que o ensino será ministrado com base no princípio da vinculação

entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais” (FONAPRACE, 2007, p.2).

Para que os estudantes ingressem nesses programas, os mesmos devem corresponder aos critérios estabelecidos, levando em conta principalmente o seu perfil socioeconômico. Estes critérios são instituídos de acordo com a realidade e as normas estabelecidas em cada instituição.

Todos esses programas estão contidos no Programa de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) de Cajazeiras-PB. A maioria desses auxílios são disponibilizados a partir de bolsas acadêmicas tais como REUNI, Bolsa Permanência, outros são concedidas através de projetos de pesquisa e extensão e concessão de moradia.

O REUNI (Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Brasileiras) concede auxílio financeiro para o estudante carente contribuindo para a sua manutenção e permanência. Para participar do Reuni o aluno deve possuir uma renda per capita inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, não ser graduado, além de ser submetido a outras avaliações socioeconômicas, onde o usuário terá direito a receber um auxílio financeiro, como forma de custear seus estudos durante o período de permanência no ensino superior. E para continuar recebendo o estudante deve manter CRE (Coeficiente de Rendimento Escolar) igual ou superior a 7 e obter aprovação em cinco disciplinas se o curso for diurno e quatro disciplinas se o curso for noturno (PORTARIA/UFCG Nº 080, 2008). Obedecendo aos critérios exigidos o discente poderá renovar a bolsa até o término do curso.

A Bolsa Permanência também possui esse caráter financeiro, onde apenas estudantes matriculados nos cursos de graduação com carga horária superior, média ou igual á 5 horas diárias podem participar deste programa. Esse auxílio possui o objetivo de ajudar nas despesas dos discentes (tais como, alimentação, moradia, livros, material didático, transporte e etc.), minimizando as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuindo para a sua permanência na graduação (PORTARIA/UFCG Nº389, 2013).

A Residência Universitária acolhe estudantes advindos de outras localidades, garantindo a sua permanência na universidade até o término do curso. Os critérios

exigidos para ingresso são: “Estar regularmente matriculado em curso de graduação na modalidade presencial da Universidade Federal de Campina Grande; Apresentar renda familiar per capita não superior a um salário mínimo e meio; Ter concluído o ensino médio em escolas públicas; Não ter concluído outro curso superior; Não residir no Município de Cajazeiras-PB” (PORTARIA Nº01, 2007). O processo de seleção consiste em análise documental, entrevista e visita.

O Restaurante Universitário trata-se de um programa que assegura alimentação gratuita para estudantes carentes, viabilizando a sua permanência nas universidades, podendo se inscrever estudantes carentes dos cursos graduação e ensino técnico da UFCG-CFP e que estejam devidamente matriculados. O acesso é obtido diante de processo seletivo, sendo realizada a análise documental do discente feita pelo Assistente Social ou pela psicóloga da universidade (PORTARIA UFCG/CAE Nº004, 2003).

Esses programas há muito tempo vem sofrendo diversas transformações frente à sociedade que estamos inseridos, se estruturando nas novas configurações que a ordem vigente apresenta como forma de dar subsídios – ainda que minimamente – às classes menos favorecidas (público alvo das políticas sociais e, mais especificamente, dentro da academia, da política da assistência estudantil), que compõe esse cenário.

Apesar de se configurarem como conquistas, conforme já salientado, esses programas apresentam diversas fragilidades principalmente no que diz respeito aos critérios estabelecidos (cada instituição de ensino superior demarca os critérios exigidos), pois por conta dos poucos recursos que são viabilizados para esses programas o número de vagas torna-se limitado, não atendendo dessa forma a todos/as os/as estudantes. Ou seja, se por um lado a política de educação garante a permanência do aluno de baixa renda no ensino superior, por outro lado, devido ao caráter de seletividade peculiar das políticas públicas neoliberais, muitos/as que correspondem ao perfil não conseguem ingressar nesses programas. Desse modo, por não terem condições de garantirem a sua subsistência na universidade, desistem do curso e o direito de garantir a permanência do aluno no ensino superior acaba não sendo efetivado igualmente a todos os discentes.

Esses são traços da conjuntura neoliberal presente em nosso país, que busca garantir o mínimo para o social e o máximo para o capital, tornando a política educacional cada vez mais sucateada, fragmentada e focalizada. Assim,

Fica evidente o descaso dos governantes com a educação superior pública, sendo que o Estado permite o sucateamento das universidades, o que tem gerado efeitos como a perda da autonomia universitária, comprometendo a qualidade no ensino e na formação acadêmica de um modo geral. Em decorrência do sucateamento da universidade pública, a assistência estudantil vem sendo prejudicada pela não existência de um orçamento específico destinado a sua implementação (ARAÚJO; BEZERRA, 2007, p.5).

Logo, podemos perceber o quanto o Estado está levando o ensino superior público a uma desvalorização crescente, não investindo em universidades de qualidade que possuam todos os meios possíveis de garantir a permanência do estudante até o término do curso. O governo disponibiliza poucas vagas para a política de Assistência Estudantil, deixando um grande contingente de estudantes que necessitam da AE em situação de vulnerabilidade social. Isso tem causado a evasão de muitos discentes, pois se não possuem condições de se manter no ensino superior por conta própria e se não conseguem ingressar nos programas de assistência estudantil, como poderão continuar custeando os gastos que surgem na sua vida acadêmica? Se observarmos o número de vagas que são disponibilizadas pelo Estado diante do grande número de discentes que necessitam e que correspondem aos critérios exigidos pelos programas, vemos que poucos são aqueles que permanecerão nos cursos. Consequentemente apenas os que estão entre “os pobres dos mais pobres” é que serão atendidos pela política e os demais ficam despossuídos da garantia dos seus direitos. Além do que, como em nossa atual conjuntura, os recursos destinados para área social são escassos as políticas destinadas aos pobres também serão executadas de maneira pobre, dessa maneira, mesmo aqueles que estão inseridos nos programas são prejudicados de certa forma, pois terão seus direitos atendidos de forma precária. Logo, os programas da Assistência Estudantil em vez de se constituírem como um direito a todos os discentes desencamba por se configurar “em esmolas a serem disputadas por muitos” (LEITE, 2012, p.456).

Como na própria proposta da FONAPRACE do Plano de Assistência Estudantil trata (2007, p. 2), a não definição de recursos para a manutenção de políticas de assistência estudantil que procurem criar condições objetivas de permanência desse segmento da população na universidade faz com que esses estudantes, muitas vezes retardem sua conclusão e até desistam do curso.

Apesar de todas as falhas existentes a Política Nacional de Assistência Estudantil, possui alguns pontos positivos já que auxilia, mesmo que minimamente, vários estudantes a permanecerem no ensino superior até o término do curso.

Mas temos que ter em vista que a permanência do estudante na universidade não deve ser visualizada de forma seletiva e fragmentada, deve ser tratada como um direito garantido na própria LDB a todos/as aqueles/as que dela necessitarem e não apenas a um mínimo de discentes.

A sociedade deve lutar para que o Estado realmente venha viabilizar esses direitos assegurando a qualidade no ensino dos estudantes. O problema está em que a ideologia neoliberal impede que a população visualize as problemáticas presentes, dificultando a organização coletiva dos estudantes e do corpo docente na busca por melhores condições nas universidades públicas. O Programa Nacional de Assistência Estudantil só será realmente um direito garantido, quando for assegurada de forma universal, isto é, quando forem usufruídas por todos os discentes e que sejam realmente financiadas e implementadas pelo Estado.

2. O PAPEL DA FAMÍLIA, DA SOCIEDADE E DO ESTADO NA EDUCAÇÃO

2.1 Família: gênese sóciohistórica

O conceito de família tem passado por diversas mutações. Diante das grandes transformações sociais são estabelecidos laços entre os indivíduos em nossa sociedade que, em alguns casos, se diferenciam daqueles que foram instituídos em tempos primórdios, como é o caso da família nuclear (modelo padrão formado por pai, mãe e filhos).

Logo, a família não se trata de um simples evento natural, ela é reconhecida como uma instituição social que toma diversas formas e finalidades através da história.

Assim, tivemos não só um tipo de família, mas sim famílias no plural, que estabeleciam seus vínculos de acordo com a cultura e o modelo econômico que se configurava dentro da comunidade a qual pertenciam. Famílias estas que ainda hoje despertam bastante interesse em pesquisadores e estudiosos sobre suas mais variadas formações.

Para visualizarmos algumas dessas formações familiares que a nossa história vivenciou, devemos voltar a gênese da mesma para entendermos as diversas configurações em que a família se instituiu.

Na era pré-histórica a família era definida pelas relações de parentesco consanguíneo, dando origem as primeiras sociedades humanas organizadas. Essa primeira etapa era composta por grupos conjugais que se separavam por gerações, todos dentro desses conjuntos eram maridos e mulheres entre si, ou seja, a partir da relação entre avôs e avós gerava-se a mãe e o pai de outra relação, logo, os filhos dessa relação (que eram irmãos e irmãs) tinham relações entre si e constituíam outra família e assim por diante, ou seja, todos eram maridos e mulheres uns dos outros.

Posteriormente, o casamento entre irmãos foi excluído das tribos. Depois, cada família primitiva se dividiu. “Um ou mais grupos de irmãs tornaram-se o núcleo de uma comunidade e seus irmãos uterinos, o núcleo de outra, designando a chamada família punaluana” (ENGELS, 1995, p.47). Punaluana significa

companheiro íntimo, associado ou sócio. Isso quer dizer que os irmãos que já haviam se transformado em marido e mulher não eram mais considerados irmãos, mas sim punaluana.

Tal tipo de família deve ter existido pelo menos na mesma medida em que se disseminou e predominou essa ordem de parentesco na pré-história.

Durante a evolução da família ainda na época pré-histórica verificou-se também a presença da família pré-monogâmica entre a fase média e a fase superior da barbárie. A partir das crescentes proibições através das tribos de casamentos entre grupos foram instituídas as famílias que possuíam apenas um marido e uma mulher, mas essa proibição foi indispensável apenas para a mulher, pois o homem ainda obtinha o direito de ser infiel e de possuir mais de uma esposa.

Porém, a ligação conjugal poderia ser facilmente desfeita por qualquer uma das partes e de qualquer modo o filho era pertencente exclusivo da mãe. A mulher também nesse período detinha determinado poder dentro da estrutura familiar, pois ela era responsável pela maior parte das tarefas diárias e exercia o controle das principais técnicas de sobrevivência no período neolítico, passando essas experiências, conseqüentemente, para seus filhos, constituindo-se um verdadeiro sistema de aprendizagem.

Com o passar dos tempos percebeu-se que se o poder materno não fosse tirado da mulher, jamais o homem poderia obter uma posição importante na família.

De acordo com Engels (1995, p.63) “isso seria impossível para o homem enquanto permanecesse em vigor a descendência segundo o direito materno”. Logo o direito materno foi substituído pelo direito hereditário paterno e pela linha de descendência masculina.

A derrocada do direito materno não significou somente a perda desse direito, mas isso também levou, por conseguinte, a supressão do sexo feminino na história do universo. A mulher foi convertida em mero instrumento de reprodução e satisfação masculina, dando lugar à submissão de toda a família ao poder paterno.

Entre a fase média e superior da barbárie, logo se estrutura, por conseguinte, a família monogâmica que se diferenciava da família pré-monogâmica por preservar a rigidez do casamento e do laço matrimonial, onde tanto a mulher quanto o homem deveriam ser fiéis um ao outro. Apesar disso, nessa época, o homem ainda possuía a prática de rejeitar ou trair a mulher. Ou seja, se constituía monogamia apenas para a mulher e não para o homem.

Entre os povos (gregos, espartanos, romanos, germânicos e etc.) a monogamia era vista nas suas mais variadas formas dentro da estrutura familiar, onde a mulher e o homem desenvolviam papéis diferentes dependendo da cultura de determinada localidade.

A mulher, na maior parte das regiões do mundo se constituía como aquela que cuidava da casa e dos filhos, sendo tratada como criada, onde o domínio do homem se estabelecia cada vez mais sobre a família e principalmente sobre o corpo da mulher.

Já na região de Esparta esse tipo de concepção era desconhecida, tendo as mulheres uma posição de maior respeito. A cultura romana também preservava a mulher, onde a mesma era mais livre e considerada dentro do grupo familiar.

Essa passagem do matriarcado para o patriarcado de acordo com Engels (1995) se dá a partir do momento em que se atribuem novas formas ao modo de produção que se constituía naqueles grupos diante das inovações tecnológicas.

A família na Idade Média estabelecia laços cada vez mais firmes a partir do casamento cristão, onde os filhos se constituíam indivíduos de grande importância para os pais. Logo, a mãe era responsável pela educação dos rebentos, e dos afazeres domésticos e o marido possuía o papel de sustentar a família, além de manter sua autoridade sobre todos os membros que a compunha, inclusive sobre os escravos, empregados e agregados.

Esse modelo ideal pertencia aos padrões estabelecidos pelo catolicismo que foi trazido pelos europeus passando de geração a geração os valores ordenados pela Igreja.

No século XV a partir do ingresso das crianças na escola, a organização familiar passa por algumas mudanças. Essas transformações ocorreram para

atender a uma nova necessidade de rigor moral que se instaurava por parte dos educadores e uma preocupação de resguardar a juventude do mundo dos adultos, na busca de manter a inocência dos filhos.

Essa forma de educar era também uma estratégia dos pais para manter os filhos sob a vigilância da família.

Nesse período surgia também a ideia de que a família deveria garantir o amparo necessário para o desenvolvimento de seus membros, principalmente no que se tratava daqueles que se encontravam desamparados e sem possuir condições de garantir o seu próprio sustento, além do apoio moral e psicológico que deveria ser concedido.

Na Idade Moderna o sistema feudal é alterado, emergindo a concepção de Estado Nacional, tirando algumas funções que correspondiam à família, especialmente naquilo que tange a assistência e a defesa, passando a contar com a proteção do Estado, em vez de apelar para a autotutela.

A partir da Revolução Industrial (1760-1830) cada membro da família passa a trabalhar para garantir o sustento de seus agregados nas fábricas, não se constituindo apenas função do chefe da família afiançar a subsistência da mesma, todos deveriam trabalhar inclusive crianças e adolescentes, pois quanto mais pessoas na família trabalhassem, mais renda a mesma obteria.

No século XX novos fatores contribuíram para redimensionar o conceito de família a partir do distanciamento do Estado em relação à Igreja Católica, que propiciou o fenômeno conhecido como laicização, trazendo a liberação de alguns novidades que outrora eram proibidos pela igreja, como a evolução genética e o aparecimento dos métodos contraceptivos, propiciando novas formas de reprodução.

Portanto, com a evolução da sociedade a família continuou a se estruturar em diversos formatos introduzindo novos valores e costumes, ganhando assim novos moldes.

Uma confirmação disso é a Constituição Federal de 1988, onde pudemos evidenciar o quanto que esse conceito sofreu algumas alterações: “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado” (art.226), sendo que dispõe em

parágrafo subsequente o seguinte: § 4º - Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”.

Em nossa contemporaneidade encontramos bem presente essas mudanças. O seu conceito se metamorfoseou e deu lugar não só a família tradicional consanguínea, mas a monoparental, substituta, ou até mesmo de indivíduos que se unem por laços de afetividade.

Ressaltamos que as responsabilidades desses indivíduos dentro da família também se modificaram. Como por exemplo, agora não é apenas o pai que se constitui como o chefe da família, como anteriormente, mas a mulher também assumiu esse papel, não somente em virtude da ausência do marido, mas também porque a mesma revestiu-se de novas responsabilidades, não se constituindo unicamente como aquela que cuida dos filhos e dos afazeres domésticos, mas que, além disso, trabalha para garantir o sustento dos seus agregados.

Mioto e Rosa (2007, p.89) para conceituar família se utilizam de indicadores, tais como: o domicílio, as relações afetivas e os laços de parentesco.

O indicador domicílio está relacionado a um grupo de pessoas que vivem no interior da mesma residência e não obrigatoriamente estão ligadas por laços de parentesco, podendo também estar relacionadas por “dependência doméstica (relação entre empregados e empregadores) ou normas de convivência (convívio de pessoas que seguem regras estabelecidas de convívio e não estão ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica)” (Idem, 2007, p.89).

No tocante as relações afetivas, estas são estabelecidas entre os indivíduos de forma que se criam ligações e afinidades psicológicas dentro de um determinado grupo independente de laços consanguíneos ou de parentesco.

E por último o indicador relacionado aos laços de parentesco, que se reporta aos laços biológicos e consanguíneos, constituído por um conjunto de pessoas independente de seu local de residência.

Diante disso, evidencia-se que as famílias vêm se reconfigurando e se transformando, dando lugar a novas formas e não mais a um só tipo de conceito de família estabelecido, gerando uma diversidade de conceitos pautados não só

por laços de consanguinidade ou a instituição do casamento, mas através também das relações de afetividade e companheirismo.

Basicamente, todos os tipos de famílias estão submetidas e estreitamente relacionadas à estrutura social fundamentada na condição socioeconômica que cada uma possui. Isso influi em modelos familiares distintos de acordo com a classe social a que pertencem e na sua forma de organização estrutural.

Alguns autores que abordam sobre a família se atêm apenas as principais formações familiares de determinado período, tratando, muitas vezes, apenas aquelas formações familiares de certas camadas sociais privilegiadas economicamente.

Prado (1985, p.70), considera isso um erro, pois a informação sociológica tida como universal refere-se somente a algumas pessoas, famílias ou setores privilegiados e não as classes sociais mais amplas, não visualizando a complexidade das relações que se estabelecem dentro desses grupos.

Conseqüentemente, isso dificulta a visualização de outros tipos de famílias que se fizeram presentes no decorrer da história e que são importantes para qualquer estudo a respeito dessas formações.

Salientamos, na perspectiva de melhor situar o/a leitor/a, que a abordagem sobre o papel da família no tocante a educação dos seus filhos/as será realizada no último item deste capítulo.

2.2 A origem do Estado

O Estado não se estabeleceu repentinamente, mas passou por diversas transformações diante das mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais ocorridas no decorrer dos tempos na sociedade.

Seu papel tem sido bastante questionado nos dias atuais frente aos problemas sociais que o país tem enfrentado e a desresponsabilização do mesmo para com a garantia dos direitos inerentes aos indivíduos.

Entretanto, antes de avançarmos sobre como o mesmo se estabeleceu e o papel que ele tem assumido na contemporaneidade, discutiremos sobre sua origem.

Vários teóricos buscam explicar a origem do Estado e o modelo ideal que deveria se estabelecer para garantir a ordem e a paz social. O primeiro a tratar sobre o Estado no sentido moderno, enfatizando a sua emergência na sociedade foi Maquiavel⁸ que se viu na missão de discutir sobre o assunto em suas obras, examinando a realidade tal como ela é e não como gostaria que fosse, na tentativa de instaurar a ordem e um Estado estável em meio ao caos.

Para tratar da gênese do Estado, enfim da necessidade de sua emergência, o referido autor parte da concepção de política, afirmando que esta, “é o resultado de feixes de forças, proveniente das ações concretas dos homens em sociedade, ainda que nem em todas as suas facetas venham do reino da racionalidade e sejam de imediato reconhecíveis” (WEFFORT, 2006, p.18).

Ou seja, a política é algo transitório e construído através dos homens no decorrer da história, mesmo que nem sempre esteja pautada no reino da coerência e, em meio à desordem instaurada pelos próprios homens, em determinado período se clama por uma nova ordem.

Portanto, a solução para os conflitos existentes entre os povos seria a possibilidade de descobrir mecanismos que imponham a estabilidade das relações e que mantenham uma determinada correlação de forças. Logo, um governo forte seria necessário como forma de manter a nação longe da barbárie e da desordem.

O príncipe, de acordo com o pensamento de Maquiavel (1513), deveria ser o fundador do Estado e um instaurador da ordem, onde o poder político deveria assumir a sua posição de regenerar e educar os povos de acordo com os ditames estabelecidos pelo poder supremo.

Thomas Hobbes⁹ (contratualista) possuía uma visão diferenciada a respeito do Estado, afirmando que a origem do mesmo estava ligada a um contrato, onde

⁸ Nicolau Maquiavel (1469-1527) foi um historiador, filósofo, diplomata e músico durante o período do Renascimento, sendo considerado o fundador do pensamento e da ciência política moderna.

⁹ Thomas Hobbes (1588-1679) foi um filósofo, historiador, teórico político e matemático. Autor das obras “Do Cidadão”(1651) e “O Leviatã” (1651).

dentro de uma sociedade desorganizada o contrato seria firmado para o estabelecimento de regras de convivência e domínio político.

Entre os séculos XIX e XX quando se fortaleceu o conhecimento moderno acerca da ciência social e da história, os contratualistas foram bastante contrariados, pois naquela época estudiosos apontavam que as normas do contrato eram muito complexas para o entendimento de um povo selvagem que nem sequer possuíam instrução. Entretanto, o homem para Hobbes não era considerado selvagem, mas sim um homem que vive em sociedade, onde sua natureza não é mutável, a mesma (a natureza humana) permanecia como tal no transcorrer da história. Como aponta Weffort (2006, p. 54) relatando sobre a visão de Hobbes acerca do homem e os conflitos que pode desenvolver:

Não existe a história entendida como transformando os homens. Estes não mudam. [...] Todo homem é opaco aos olhos de seu semelhante, pois não há como saber o que o outro deseja/pensa, tendo que o homem supor aquilo que o outro quer, logo o mais razoável para cada um é atacar o outro.” Dessa forma, irradia-se uma guerra entre os indivíduos e com isso se não há um Estado repressor que controle os povos, conflitar com o outro é a única medida a ser tomada.

Com isso, seria necessário além de um fundamento jurídico, um Estado armado que coaja os homens a ter respeito uns com os outros e dessa forma, evitar os conflitos, pois os pactos sem o poder de um Estado forte de nada serviriam.

Outro teórico que trata da origem do Estado e seus desdobramentos é Karl Marx¹⁰ o qual aponta que é a partir do despontamento do modo de produção capitalista e da propriedade privada que o Estado vai surgir para resolver os antagonismos inconciliáveis entre as classes (MELO; PANIAGO; ANDRADE, 2012, p.12). Essa luta se instaurou a partir do momento em que a riqueza socialmente produzida passou a pertencer a um grupo particular de indivíduos, resultando em conflitos entre aqueles que possuíam interesses divergentes e, conseqüentemente, o aparecimento das classes sociais. Logo, novas esferas são criadas para dar

¹⁰ Karl Marx (1818-1883) foi um economista, filósofo, historiador, jornalista, teórico político, criador da doutrina comunista e revolucionário alemão. Escreveu obras como “O Capital” (1867) e “O Manifesto Comunista” (1847).

suporte a essas classes, tais como a esfera do Estado e do Direito, sendo que este primeiro se constitui como um órgão de dominação, de opressão de uma classe sobre a outra, onde a classe que possui o domínio econômico é aquela que domina o Estado. Este deve possuir os aparatos e as ferramentas necessárias para exercer o seu caráter dominante, através de um corpo de funcionários que desempenhe a função de regulamentar e organizar o Estado.

Nessa perspectiva, o Estado moderno surge para proteger e assegurar a permanente acumulação do sistema capitalista.

Em se tratando de “produção e controle” o Estado contribui para que o capitalista exerça a tirania nos locais de trabalho por meio do seu aparato “legal”, não permitindo que os desacordos existentes comprometam a extração do trabalho excedente (MELO; ANDRADE; PANIAGO, 2012, p.21). Ou seja, o Estado intervém direta ou indiretamente no modo de produção capitalista dando suporte ao sistema para que todos venham a contribuir para a perpetuação do seu ciclo, através da exploração do trabalho dentro do modo de produção do capital.

É interessante notar que nas sociedades primitivas não vemos a presença desse Estado, pois naquela época a sociedade que se constituía era essencialmente igualitária, onde os homens eram senhores de sua própria atividade, da circulação e também do produto final que lhes pertencia e, portanto os conflitos existentes não se tratavam de conflitos entre classes (tendo em vista que a sociedade da época era igualitária).

Destarte, se formos racionalizar através dos pensamentos de Marx que tratava que o surgimento do Estado só se deu realmente a partir do surgimento da propriedade privada e, conseqüentemente, da necessidade de protegê-la, vemos que nessa época a existência do Estado realmente era desnecessária, já que todos eram donos de si próprios e de sua produção.

Somente na Idade Moderna por volta do século XIV, com a superação do sistema feudal é que o Estado se estabeleceu como poder supremo diante do desenvolvimento do capitalismo mercantil, fundamentando-se em uma sociedade de classes que possuía interesses antagônicos, onde o Estado tornou-se uma

instituição política regida pela classe dominante, atendendo predominantemente aos interesses dessa classe.

A primeira forma de Estado Moderno foi a absolutista, onde havia uma forte concentração de poder absoluto e ilimitado nas mãos dos reis que instituíam as leis sem autorização política da população. Com as profundas mudanças sofridas nesta sociedade o Estado precisou se fortalecer, organizando-se dentro dos moldes monárquicos, onde o poder estava concentrado em um rei que possuía autoridade de criar, executar e julgar as leis ao seu modo, controlando todas as atividades econômicas e demais funções administrativas.

Tal forma de governo perdurou até meados do século XVIII, onde o Estado passou a ser Estado de Direito diante das revoluções burguesas, gerando o princípio da legalidade e da separação dos poderes.

Entre os séculos XVIII e XX o liberalismo econômico se estabeleceu, possuindo como principal objetivo garantir o poder da burguesia sobre as demais classes, corroborando para o surgimento dos ideais liberais.

A concepção de liberalismo foi inaugurada por John Locke, na obra “Second Treatise of Government”, publicado em 1690, em que ficam nítidas as ideias de que o governo é um “mal necessário”, constituído por indivíduos que se reuniram para compor uma sociedade, que possuía a finalidade de manter a ordem e proteger a propriedade individual (CENCI, BEDIN, FISCHER, 2011, p.79).

Dentro desse contexto o liberalismo possuía como características: a livre concorrência; o livre mercado (sem a regulamentação estatal); liberdade de expressão; o individualismo; a livre iniciativa e o Estado mínimo. Este último se constituía como máximo para o capital e mínimo para a garantia dos direitos sociais. Logo, houve uma troca de direitos sociais pelo crescimento econômico, fazendo com que a garantia desses direitos ficassem em segundo plano.

No século XX o liberalismo mergulhou em uma profunda crise em meio a disputa de mercado pelos países europeus e com isso, se instaurou a Primeira Guerra Mundial. A situação agravou-se principalmente com a Crise de 1929 que foi o resultado decorrente da superprodução e a falta de capacidade de absorção do

mercado. A única solução vista para essas problemáticas foi a retomada do Estado na regulamentação da economia.

Em 1930, o Estado de bem-estar social se estabeleceu, constituindo-se nesse período como organizador da economia e da política, com o principal objetivo de garantir a proteção da população e a garantia dos serviços públicos, atuando conjuntamente com as empresas privadas e os sindicatos. Foi introduzido também o conceito de cidadania, partindo da ideia de que os indivíduos são detentores de direitos sociais, tais como saúde, educação, seguridade e lazer.

Posteriormente, ao liberalismo surge o neoliberalismo¹¹ pouco depois da Segunda Guerra Mundial, onde o capitalismo cresceu significativamente, mas só em 1970 com a ascensão da acumulação flexível (vista como solução para a crise de 1970) e o fim do fordismo¹² é que os preceitos do neoliberalismo ganharam força tanto na política quanto nas universidades.

Como forma de combater ao poder excessivo dos sindicatos que se instaurava naquele período os neoliberais pregaram a ideia de um governo forte e do Estado mínimo, diminuindo, dessa forma, os gastos com o social. Além disso, com o declínio da economia e, conseqüentemente, a queda da lucratividade, se fazia necessário novas soluções para a crise que se instaurava, então o neoliberalismo representava uma forte possibilidade para o retorno do crescimento econômico.

As ideias neoliberais se constituíam como uma tentativa de retomar o crescimento econômico e a lucratividade, mesmo que de certa forma a população sofresse com os seus efeitos.

O neoliberalismo preconiza além da retirada do Estado de todas as atividades produtivas, um generalizado processo de privatização e desregulamentação da economia. Destarte,

¹¹ O Consenso de Washington foi um encontro que ocorreu em 1989 em Washington, capital dos Estados Unidos, abrangendo pessoas e instituições de perfil neoliberal. Nessa reunião, discutia-se uma série de reformas como método de superação da crise econômica, visando assim, o desenvolvimento do neoliberalismo.

¹² O Fordismo foi um sistema de produção elaborado por Henry Ford em 1914, onde esse sistema estava voltado para a produção em massa baseado na linha de montagem para sua indústria de automóveis, possuindo como principal objetivo diminuir os custos e, conseqüentemente, baratear o produto para que um maior número de compradores pudessem ter acesso.

O processo de privatização se justificava devido a grande participação do Estado na Economia no período pré-1980, enquanto a desregulamentação favoreceria a “liberdade” de atuação das empresas privadas, estimulando-as ao investimento, e conseqüentemente ao crescimento econômico (PEREIRA, 2004, p.19).

No Brasil, conforme mencionado no capítulo I, o neoliberalismo emergiu nos anos de 1990, em um contexto delineado por intensas transformações societárias.

Ressaltamos que o pensamento neoliberal acompanha a nossa sociedade até os dias atuais e a sua ideologia tem sido reforçada e se perpetua.

Ainda é bastante presente o Estado mínimo, as privatizações, a desresponsabilização do Estado na garantia dos direitos sociais e a predominância no atendimento das necessidades do capital, suprimindo, para tanto, os direitos constituídos aos cidadãos.

2.3 A responsabilidade do Estado e da família na educação: algumas reflexões críticas

Discutir sobre a responsabilidade da família e do Estado na educação tem se tornado um desafio em nossa sociedade atual, principalmente no tocante, a responsabilidades de ambos para com a Assistência Estudantil.

Mas afinal, qual o papel da família e do Estado na educação brasileira? Qual a contribuição de ambos para garantir a educação de qualidade para todos?

A educação tem se constituído um bem de suma importância para o ser humano em nossa sociedade. É esta que dará suporte para a promoção do indivíduo social, proporcionando o crescimento integral do homem, desenvolvendo suas habilidades preparando o mesmo para a vida e sua convivência com o outro.

O Estado é responsável pelo fornecimento da educação da sociedade, mas isso não exclui o dever da família.

De acordo com o artigo 205 da Constituição Federal brasileira de 1988 (CF/88):

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Nesse sentido, o aparelho de Estado deve disponibilizar todos os meios necessários para atender as necessidades dos indivíduos o que inclui a educação como primordial para que estes possam exercer sua cidadania e ingressar no mercado de trabalho.

Assim como afirma Costa (2009, p.236) “a educação está a serviço do Estado, que por sua vez, está a serviço da Educação. Não existe educação sem Estado, como Estado sem educação.” Desse modo, o Estado deve estar atrelado à educação garantindo subsídios suficientes para o seu exercício.

Salienta-se que os meios que o Estado deve fornecer para a educação de qualidade não devem ser disponibilizados apenas dentro das escolas/universidades através do ensino, pesquisa e extensão, mas também na vida cotidiana do aluno como transporte, alimentação, moradia etc, pois sem estes meios muitos discentes não possuem condições de estudar na escola/universidade.

Não devemos esquecer que essas garantias são inerentes a todos, assim como também o acesso gratuito e igualitário perante a CF/88.

A LDB preconiza que o Estado deve fornecer:

Art. 3º: “I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; IX - garantia de padrão de qualidade. Art. 4º: “VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (BRASIL,1993).

Portanto, indubitavelmente, o Estado deve assegurar a educação comum a todos através de políticas públicas que visem a diminuição das desigualdades sociais e a melhoria da qualidade de vida da população, proporcionando todo o suporte essencial para formar cidadãos preparados para ingressar no mercado de trabalho e assim garantir a subsistência de suas famílias.

Mas, será que de fato o Estado tem assumido o seu papel para com a educação? Seguramente não, pois desde tempos primórdios até os dias atuais

podemos ver que ainda é bastante presente a deformação crônica em que se encontra a educação brasileira que não consegue resolver o problema educacional de uma boa parte dos cidadãos brasileiros.

Essa dificuldade na resolutividade das questões referentes à educação ocorre porque os gestores da referida máquina não se comprometem em resolver com afinco, se atendo a ações paliativas e superficiais, afinal não é interesse tornar a população esclarecida, capaz de compreender as amarras e os efeitos deletérios provocados pelo modo de produção capitalista que tem no Estado o seu fomentador. Tal aspecto, sem sombra de dúvidas incentiva a população, classe média, a recorrer à educação privada.

A desresponsabilização do Estado para com a educação gera a desqualificação na educação, permitindo com que a esta seja vista apenas como um mero instrumento a serviço do capital, não se preocupando com a formação de cidadãos críticos que estejam pautados em um pensamento racional e reflexivo acerca da realidade. Isso tem criado escolas/universidades correspondentes aos interesses da ordem vigente, preocupadas em apenas formar pessoal para ingressar o mais rápido possível no mercado de trabalho, atendendo, dessa forma, as necessidades da classe dominante.

Essas problemáticas são advindas da conjuntura neoliberal em que encontramos na nossa realidade que levam a má formação e a deterioração do ensino público em detrimento do privado.

Como a principal função do Estado é atender as necessidades do mercado e não do trabalhador/estudante dentro desse sistema que se encontra o nosso país, muitos permanecem despossuídos dos seus direitos ficando a mercê da sociedade. Como aponta Aguiar (SD, p.1):

Nesse momento todos nós envolvidos com a educação e todos os cidadãos devem estar atentos ao discurso silencioso neoliberal que vai gradativamente difundindo os princípios privatistas na educação, discurso esse que carrega uma lógica perversa de mercantilização da educação que só agrava a desigualdade já existente. O Estado se descompromete a cada dia mais com a educação deixando de

garantir o atendimento à população, sob a desculpa da ineficiência e a incapacidade do funcionamento de um Estado inchado, sufocado por atuar em diferentes frentes e tendo que assegurar tantos serviços sociais.

Compete ao Estado, por sua autoridade, no tocante a vida civil, garantir os direitos sociais, inclusive no que tange a educação, assegurando todos os meios possíveis para a proeminência do ensino em todos os níveis da educação, independente da situação em que o estudante se encontre, não atendendo somente a uma pequena demanda, mas a todos aqueles que dela necessitarem.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil, busca dar esse suporte aos estudantes universitários, disponibilizando moradia, alimentação, inclusão digital, transporte. Mas o que percebemos em nosso campo de estágio no Setor de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande – Cajazeiras-PB, foi que na realidade o suporte dado a esses estudantes é mínimo, tanto no que diz respeito a estrutura das residências e restaurante como no que se trata ao apoio acadêmico. Isso tem confirmado o quanto o sistema neoliberal influência em todos os campos e áreas de nosso país, inclusive no que toca a educação, pois como já foi supracitado, o Estado buscará atender apenas de forma mínima a esses discentes, mesmo aqueles que estão incluídos nos programas são atendidos minimamente. Ou seja, nem os estudantes que estão inseridos possuem seus direitos atendidos em sua totalidade. Logo o Estado não tem assumido sua responsabilidade com a educação, pois não é interessante para o mesmo garantir educação de qualidade para todos.

E a família, possui responsabilidades para com a educação de seus agregados? Obviamente sim, mas ela precisa do suporte do Estado.

De acordo com o art. 205 da CF/88, cujo qual, já citado neste trabalho, podemos compreender claramente que também é de responsabilidade da família auxiliar o estudante formando, assim, cidadãos preparados para a vida em sociedade.

Compete a família não apenas a parcela objetiva que corresponde à inserção das suas respectivas crianças, adolescentes e jovens na educação, mas o

acompanhamento no processo de ensino, aprendizagem, assim como o bem estar destes para o desenvolvimento das suas capacidades cognitivas.

Os pais não são apenas os primeiros professores do filho, são aqueles a partir de quem e através de quem ele se orienta; ele os observa e estuda todo o tempo para ver o que estão fazendo, como estão fazendo e com que sentimentos, exibidos abertamente, ora negados ou até mesmo reprimidos (SANTOS, 2009 *apud* BETTELHEIM, 1992, p.06).

Ressaltamos, conforme foi mencionado, que a família não deve se eximir da sua responsabilidade, independentemente da faixa etária do estudante, pois o apoio familiar é basilar para que a educação atinja os seus objetivos.

A família é a principal responsável pela educação e exerce um papel bastante significativo na educação formal e informal dos indivíduos. Como salienta Medeiros (2010, p.1), “o núcleo familiar deve continuar sendo a primeira escola para desenvolver o ser humano em todos os seus aspectos”.

Logo é justamente dentro do convívio familiar desde o nascimento que a criança recebe a educação que é passada por aqueles com quem convive diariamente, absorvendo os valores que são transmitidos de geração a geração.

É a partir do convívio em família que o indivíduo caminha os primeiros passos para a educação. É dentro desse núcleo que encontrará o apoio necessário para viver em sociedade de forma segura.

Desde tempos primórdios a família tem sido colocada como pilar principal da sociedade, exercendo forte influência no desenvolvimento da criança até a fase adulta. Sendo assentada sobre ela o peso de organizar ou desorganizar todo o processo de aprendizagem de um indivíduo, ou seja, esta é responsável por parte da educação do mesmo dando-lhe o suporte necessário para crescer de forma digna e saudável, contribuindo para que este se torne um cidadão.

Há tempos, escutamos o discurso do senso comum que “a educação começa em casa”, como se a educação de fato tivesse que ser dada em casa primeiramente.

Martins e Tavares (2010, p. 257) tratam que é necessário o trabalho conjunto entre a escola e a família para garantir que o indivíduo adquira uma boa educação:

Todos os processos educativos necessitam de uma participação ativa dos pais, para que as crianças sejam estimuladas e consigam atingir o desenvolvimento apropriado para cada faixa etária. Para que todos estes desafios sejam superados, é necessária uma união entre a escola e a família.

Logo, é necessário que a família esteja presente durante todo o processo educacional do indivíduo para que o seu desenvolvimento possa ser satisfatório.

Rodrigues, Sobrinho e Silva (2000, p.45) tratam sobre a importância da família e o que compete a mesma para a formação do cidadão, onde esta deve garantir uma vida digna e saudável aos membros que a compõem e como esses valores devem ser transmitidos aos seus descendentes:

Compete à família assegurar aos seus membros, bem-estar material, emocional e espiritual além de convivência em ambiente agradável, como forma de garantir, a cada um, conforme os ditames da lei e da moral, formação adequada para que possam transmitir aos descendentes uma vida perfeitamente saudável. Isso implica em capacidade de amar e de sentir-se amado, amparado, útil e valorizado, nas diversas fases da vida. Esses valores morais, culturais, cívicos, materiais etc, precisam ser transmitidos não só, através da instrução, mas, principalmente, através da educação.

Além disso, a família deve participar da construção do projeto político pedagógico da escola/universidade na busca de garantir a qualidade da educação, participando de todo o processo de construção de conhecimentos.

Educar é um desafio constante que deve ser enfrentado na procura de atingir os objetivos de uma educação que esteja dentro dos parâmetros da formação de estudantes dotados de um senso crítico e de valores éticos desenvolvendo a percepção das pessoas, “abrindo janelas” de conhecimento sobre o mundo e contribuindo, dessa forma, no processo educativo da sociedade como um todo.

Portanto, conforme vem sendo abordado neste capítulo, as instituições sociais (o Estado e a família) possuem um papel fundamental no processo de socialização, desenvolvimento e promoção da educação.

Na UFCG-CFP, durante o nosso estágio, percebemos que quando o estudante ingressa no ensino superior e passa a residir, temporariamente na Residência Universitária, este passa por uma mistura de emoções e problemas que

normalmente advém com as mudanças que ocorrem nesse novo ciclo que se inicia. Como Borges e Magalhães apontam (2009, p.43):

A ideia é que os relacionamentos familiares vão se modificando conforme cada pessoa vai se movendo ao longo do ciclo de vida. Desta forma, a família vai se movimentando através do tempo [...]: d) o filho cresce e entra na adolescência, levando a família a se transformar e os indivíduos a renegociarem seus papéis; e) após essa fase do ciclo de vida, os filhos vão se tornando adultos e a família passa para outro momento em que os filhos são “lançados” para o mundo para seguirem seus caminhos. O uso do termo “lançamento” se justifica pelo fato de sua saída ser o resultado de um longo processo de “deixar partir” gradualmente, desde a infância, passando para a adolescência e chegando ao momento em que o jovem já está se tornando adulto – quando vai para a universidade [...]. Persiste a ideia de que o decorrer da vida envolve necessariamente a passagem de uma fase do ciclo para outra. Essa passagem é normalmente vivida como uma “crise” e só poderá ser superada com a adequação do sistema familiar às necessidades impostas pela nova realidade que se apresenta através do passar dos anos.

A família é necessária nesse momento para propiciar o apoio psicológico para o estudante que passa agora a viver em um novo mundo desconhecido e esta deve auxiliá-lo nesse momento “crítico”. Todo ser humano necessita ser amparado, amado, valorizado e as pessoas veem na família um porto seguro. “Os pais geram os filhos e os acompanham pela vida afora. Sentem-se felizes por tê-los gerado. Sofrem muito quando algo ruim lhes acontece. Sentem-se felizes quando encontram o caminho do sucesso. Os filhos por sua vez encontram nos pais um porto seguro. Sabem que são amados e isto os fortalece para a vida. Sabem que podem contar com eles para qualquer coisa” (Autor desconhecido, 2012, p.1). Por isso há a necessidade da família dar suporte psicológico mesmo a distância para os residentes, pois se os mesmos já sentem a falta da família por estarem morando na Residência e se o Estado disponibiliza de forma precária os programas que devem amparar o estudante na universidade, torna-se ainda mais difícil para o discente permanecer no ensino superior.

Sobre o apoio familiar, Silva e Ferreira (2009, p.110) reforçam que os indivíduos que mantêm um relacionamento próximo com os pais ao longo da

adolescência e juventude demonstram mais auto-confiança e independência do que aqueles que relatam maior distância emocional (...). Em termos gerais, os fatores contextuais de apoio (receptividade e apoio familiar) promovem o desenvolvimento da competência e a adaptação do jovem e adulto em diferentes contextos (...) adaptando-se mais favoravelmente aos novos ambientes sociais.

Logo a aproximação e o apoio familiar facilitam a vivência do estudante na Residência e a sua adaptação ao ambiente, proporcionando maior segurança durante o período de permanência na universidade.

Partindo dessa permissa, acreditamos que a família deve dar suporte emocional e transmitir os valores necessários para a vida digna e saudável do estudante para sua permanência na universidade e o Estado deve disponibilizar todos os meios necessários, principalmente no que toca ao apoio financeiro, não só para aqueles que estão inseridos nos programas, mas para todos os estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Em nosso campo de Estágio (UFCG-CFP) visualizamos também que como o Estado disponibiliza os recursos para a Assistência Estudantil minimamente, só os recursos que são enviados para programas da PNAES não são suficientes para garantir a permanência dos residentes na universidade. Logo, algumas famílias precisam apoiar não só psicologicamente, mas também financeiramente o estudante, para que este possa conseguir concluir o ensino superior de forma satisfatória. Vemos aí a transmissão de responsabilidade do Estado para a família, como se esta última tivesse a obrigação de garantir também os meios de subsistência para o residente no ensino superior. Sabemos, pela nossa experiência vivenciada em nosso campo de estágio, que a grande maioria dos discentes que se encontram na Residência são advindos de famílias pobres, que mal possuem condições de garantir o próprio sustento, quanto mais assegurar condições financeiras para o estudante se manter na universidade.

Diante disso, “pensar a lógica da família em nossa sociedade implica em a colocarmos não como agente do processo de proteção social, mas como co-agente, e pensarmos sim no Estado como o principal desencadeador e protagonista desse processo. Quanto mais o Estado se abstém, mais a sociedade como um todo sofre

as consequências. A integralidade e a universalidade no acesso aos direitos sociais só torna-se possível através da ação do Estado” (ROSA; MIOTO, 2007, p.57).

Por isso, acreditamos que a família deve ser responsável por garantir o apoio psicológico para o residente para a sua promoção e desenvolvimento pessoal, acompanhando no seu processo educativo e vendo se de fato os seus direitos estão sendo atendidos na universidade, para que em caso de negligência a família tenha como reclamar por melhores condições no ensino e nos programas disponibilizados pela Assistência Estudantil, contribuindo no processo de formação do discente e na sua adequação a Residência Universitária, já que este passa por diversas problemáticas e a família torna-se essencial para dar esse suporte. E o Estado deve ser responsável em garantir todas as condições necessárias para a permanência do residente na universidade até o término do seu curso, principalmente no que toca ao apoio financeiro para a sua manutenção e o apoio psicopedagógico, garantindo uma formação baseada na real efetivação nos princípios presentes na LDB e na Política Nacional da Assistência Estudantil.

3 A PESQUISA

3.1 Metodologia da pesquisa

A pesquisa ora apresentada foi do tipo qualitativa de caráter exploratório, a qual de acordo com Minayo (1994, p. 13) a pesquisa “responde a questões muito particulares. Ela se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado”. Em relação à pesquisa de caráter exploratório Gil (1991, p.21) comenta que a mesma:

Visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão.

Logo esse tipo de pesquisa se constitui de extrema relevância para a compreensão da realidade em que estamos inseridos, evitando que o objeto pesquisado seja estudado de forma superficial para que possa ser feita a análise da totalidade, considerando as particularidades e singularidades que envolvem o objeto pesquisado.

Ressaltamos que atualmente a residência universitária aqui enfatizada conta com 100 estudantes, inseridos nos diversos cursos existentes na UFCG. A nossa amostra representou 4,5% da totalidade de discentes (100 residentes).

Os sujeitos da pesquisa corresponderam a 10 discentes inseridos/as na residência universitária da UFCG da cidade de Cajazeiras/PB, instituição em que realizamos nosso estágio supervisionado. Para obter as informações de modo que fosse possível captar o posicionamento dos discentes, questionamos pessoas do gênero feminino e masculino, sendo 6 mulheres e 4 homens. Salienta-se que o universo quantitativo de homens e mulheres seria o mesmo, mais um dos homens da pesquisa não devolveu o questionário entregue, então realizamos a pesquisa com mais uma discente do sexo feminino.

Os questionários utilizados na coleta de dados foram de caráter semi-estruturado, caracterizado por perguntas abertas e fechadas a respeito de fatores sócio-demográficos e de fatores relacionados aos residentes da Universidade

Federal de Campina Grande – Centro de Formação de Professores (UFCG-CFP) como forma de identificarmos as reais problemáticas que envolvem a vida dos estudantes que se encontram inseridos na Residência Universitária.

Os dados qualitativos foram verificados de acordo com a análise dos discursos de forma crítica e concisa e os dados quantitativos foram organizados em gráficos para uma melhor compreensão do todo.

O método utilizado é de cunho marxista, pois para Marx (MARX, 1976, parte I, Parágrafo 3):

Se começasse, pois, pela população teria uma representação caótica do conjunto e, precisando cada vez mais, chegaria analiticamente a conceitos cada vez mais simples; do concreto representado chegaria a abstrações cada vez mais sutis até alcançar determinações mais simples. Chegando a este ponto, haveria que empreender a viagem de retorno, até dar de novo com a população, porém, desta vez não teria uma representação caótica de um conjunto senão uma rica totalidade com múltiplas determinações e relações. Este último é, manifestamente, o método científico correto”. Tendo isso em vista torna-se essencial analisar a totalidade da realidade a qual se estuda, indo do simples ao mais complexo, para poder realizar uma pesquisa de qualidade conhecendo as principais contradições e conflitos que perpassam o contexto do objeto de pesquisa que está sendo investigado para a abstração de informações que se constituam autênticas.

Ratificamos que a utilização do referido método se deu pelo fato de o considerarmos capaz de compreender a dinâmica da realidade analisada a partir das suas determinações e complexidades.

3.2 Desvelando os dados da pesquisa: Perfil dos sujeitos da pesquisa

Os sujeitos da pesquisa em tela estão inseridos/as nas áreas das ciências humanas, sendo 40% nos cursos de geografia e história; 20% na área de educação, no curso de pedagogia; 30% na área de saúde, no curso de enfermagem; 10% na área de ciências exatas e da natureza, especificamente nos cursos de matemática e física. No tocante ao turno que estudam 60% têm aulas no horário da manhã, 30% à noite e 10% em período integral.

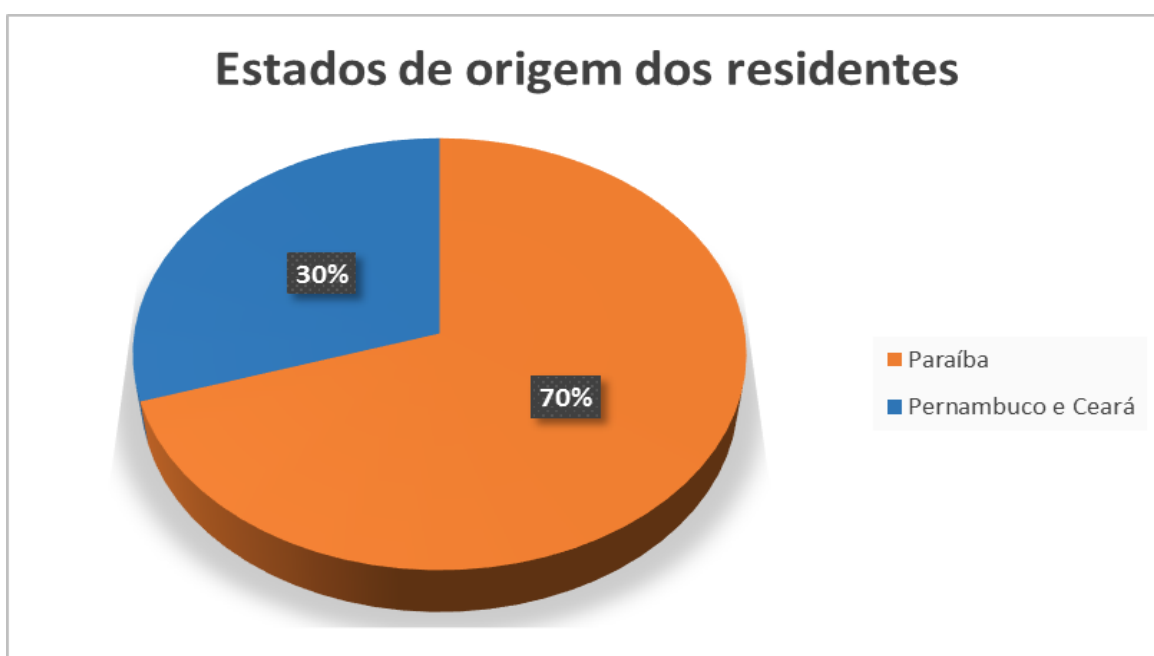
No que diz respeito ao gênero, 60% é do sexo feminino e 40% do sexo masculino. Nas universidades brasileiras “o total de estudantes matriculados no Brasil do sexo feminino correspondem a 56,8% e 43,1% do sexo masculino representando uma predominância das mulheres no ensino superior” (ANDRADE; WAGNER; OLIVEIRA, 2010, p.44). Cabe enfatizar que a maioria da população brasileira é composta por mulheres, daí ratifica-se o fato de uma maior inserção das mesmas. Contudo, se analisarmos o fato das mulheres nas sociedades antigas terem poucas ou nenhuma possibilidade de inserção na educação superior diante da sociedade machista, onde apenas os homens, sobretudo, aqueles de famílias abastadas, tinham possibilidade de se inserirem na educação superior, isso representa uma conquista inestimável e justa para a população do gênero feminino.

Com relação à faixa etária, 50% têm idade compreendida entre 18 e 20 anos e 50% entre 21 e 23 anos, se configurando como um público jovem. As universidades apresentam estudantes “com idade entre 18 e 24 anos (58,0%), seguida da faixa etária dos 25 aos 34 anos (25,2%), acima de 35 anos (14,0%) e até os 18 anos (1,8%)” (<http://www.obid.senad.gov.br>). Como se pode evidenciar, de um modo geral, a população que se insere no ensino superior, tem ingressado mais cedo, configurando, portanto, um público jovem. Porém, deve se considerar que a inserção nas unidades de formação não implica necessariamente na construção de profissionais críticos e propositivos, pois diante de um contexto de ensino superior aligeirado, acreditamos, indubitavelmente, que a preocupação primordial centra-se na necessidade da formação de profissionais funcionais as demandas do mercado.

Obviamente, não podemos generalizar essa situação, mas diante do crescimento vertiginoso de instituições privadas, sobretudo à distância, cuja formação basicamente se dá através de cursos nas modalidades à distância e/ou semi-presencial, é indispensável reconhecermos que se a formação das instituições presenciais, onde os/as discentes apreendem os conteúdos cotidianos, é fragilizada, quiçá à distância onde as aulas acontecem uma vez por semana ou quinzenalmente. Sem contar que o material repassado para fazer a

mediação do real se configura como um substrato, de caráter bastante duvidoso, das literaturas utilizadas no ensino presencial.

Ressaltamos que como a nossa pesquisa foi realizada com discentes inseridos/as na residência universitária, todos/as eles/as residem em outros municípios, ou até em Estados circunvizinhos a Paraíba. Destarte, 70% residem em cidades do Estado da Paraíba, como Santa Cruz, Umari, Barro, Cachoeira dos Índios, Uírauna e Pombal. Todavia, 30% têm residência fixa nos Estados de Pernambuco e Ceará, conforme poderemos identificar no gráfico a seguir:



FONTE: Primária. Pesquisa exploratória realizada em novembro de 2014.

Isso demonstra que os/as estudantes que moram em regiões mais interioranas não têm acesso ao ensino superior em sua cidade e, quando têm a universidade não oferece o curso que o estudante almeja, sendo necessário se deslocarem para outras regiões, pois, não é interessante para o governo, em nossa atual conjuntura, criar mais universidades públicas e abrir mais cursos de graduação em regiões que tem menor população.

Conforme salienta Silva (2001, p. 283),

A criação de condições para que todas as universidades possam desenvolver uma atividade em pesquisa que contribua para elevar a qualidade do ensino, para o desenvolvimento da ciência e para o progresso sócio-econômico [...] implica formar e manter um corpo docente com avançado nível de treinamento e dispor de recursos para formar bibliotecas, equipar laboratórios e financiar os custos da investigação científica.

Tudo isso gera muitos gastos para o governo federal, contribuindo para a não preocupação do Estado no tocante à garantia da educação pública e de qualidade para todos, já que o mesmo se constitui mínimo na efetivação das políticas sociais e máximo para o capital.

Salienta-se que na atual conjuntura se torna muito corriqueiro encontrar nas universidades federais estudantes advindos de outros estados em decorrência da forma de inserção na educação superior do país, que se dá através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM¹³), onde o candidato apenas faz a opção pelo curso, mas não tem a certeza de para qual localidade será selecionado.

Salienta-se que 60% dos entrevistados/as têm família composta por até seis pessoas, o que representa uma família de certa forma numerosa, sobretudo, pelo fato das condições de vida dessas famílias ser precária, pois estes sobrevivem a partir de rendas incertas do mercado informal de trabalho, e 40% atuam na agricultura.

Um aspecto que despontou a nossa atenção na pesquisa foi o fato de que 60% das famílias dos discentes entrevistados recebem o bolsa família, o que denota claramente a situação de vulnerabilidade em que estas se encontram, tendo em vista que para ser atendido por este programa o usuário tem que ter renda per capita igual ou inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo¹⁴.

¹³ O ENEM, criado em 1998 possuía o principal objetivo de avaliar estudantes da educação básica e em 2009 passou a ser utilizado como forma de ingresso no ensino superior tendo como principal objetivo realizar uma avaliação do desempenho dos estudantes, através de um exame que tem conteúdos disciplinares associados as competências adquiridas nos demais níveis de ensino (fundamental e médio), podendo ser utilizado também para participar do Programa Universidade Para todos – Prouni.

¹⁴ A renda per capita com o valor de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo é uma condicionalidade estabelecida pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) de número 8742/93 no tocante a inserção da população nos programas sociais e, por sua vez, pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a qual fora implantada no ano de 2004. No que tange aos valores dos benefícios auferidos por este programa, o valor mínimo corresponde a R\$ 77,00 reais mensais já o valor máximo é de R\$ 175,00

Desse modo, o perfil de vulnerabilidade apresentado pelos/as discentes explica claramente o fato dos/as mesmos/as terem conseguido se inserir no programa de assistência estudantil da UFCG, haja vista que este programa, assim como os demais programas e políticas existentes disponibilizados pelo governo em nossa sociedade contemporânea, apresenta critérios absurdos de seletividade, onde um dos requisitos é justamente a renda familiar, sendo selecionados apenas aqueles que estão entre “os pobres dos mais pobres”, deixando uma grande maioria de estudantes no ensino superior em situação de vulnerabilidade social, que também correspondem aos critérios de ingresso nos programas. “Assim, a assistência social defronta-se permanentemente com o binômio seletividade versus universalidade, ou seja, pelos programas em voga, volta a abordar a assistência na sua forma mais aparente: como ajuda pontual e personalizada aos grupos de maior “vulnerabilidade social” (LEITE, 2012, p. 470). Isso denota o não cumprimento com os princípios presentes no PNAES, LDB e na CF/88 que defendem a educação de qualidade para todos. Concomitantemente isso tem reforçado a desresponsabilização do Estado para com as políticas sociais e consequentemente a não garantia dos direitos inerentes aos estudantes que almejam o ensino superior.

Quando indagados/as sobre o tempo de permanência na residência universitária, 70% estão em um período compreendido entre um e dois anos, e 30% entre dois e quatro anos. Esses estudantes podem permanecer na residência durante o tempo regular do curso e, caso necessitem, ficar por mais tempo (nos casos de atraso no curso, por exemplo), podem permanecer por no máximo mais três períodos.

3.3 Avaliação dos/as discentes com relação à Residência Universitária

Os/as entrevistados em sua grande maioria, ou seja, 70% consideram a Residência Universitária boa, e 30% a avaliaram como ótima para o atendimento

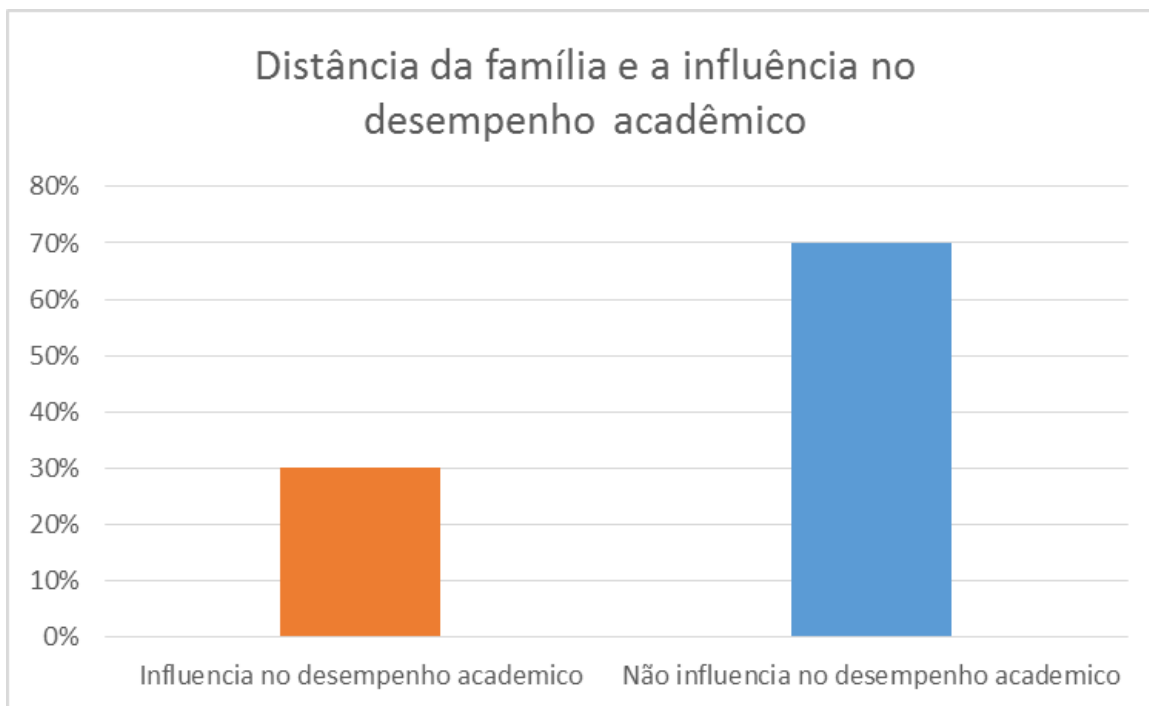
reais. Salienta-se que a diferenciação de valores entre uma família e outra varia de acordo com a composição familiar.

das necessidades dos/as usuários/as, tanto em termos de infra-estrutura da própria casa-abrigo, quanto no que concerne a alimentação. Isso nos leva a compreender que de um modo geral os/as discentes estão satisfeitos com a assistência que lhes é prestada, aspecto o qual consideramos de bastante importância, tendo em vista que estas pessoas já passam por todo o transtorno de estarem afastadas dos seus familiares.

O Programa da Residência Universitária da UFCG-CFP possui duas residências: a feminina e a masculina. Nesta primeira residem atualmente 56 mulheres e na segunda 44 homens. As duas residências possuem a mesma estrutura com 14 quartos, onde cada quarto possui um banheiro e capacidade para 4 estudantes. A casa também tem espaços coletivos, como: cozinha, refeitório, sala de estar, sala de estudo com computadores com acesso a internet e lavanderia na laje.

Contudo, na medida em que foram solicitados para mencionarem as dificuldades enfrentadas na Residência, os discentes fizeram os seguintes apontamentos: distanciamento da família, relacionamento com os/as demais residentes; ausência de um profissional de psicologia, além da necessidade de um local silencioso para estudar.

Ressaltamos que a distância dos familiares foi apontada por 70% dos/as entrevistados/as, mas estes/as informaram que apesar disso se configurar como algo negativo não chega a interferir no desempenho acadêmico. No entanto, 30% informaram que esse aspecto, de certa forma, prejudica o desenvolvimento acadêmico.



FONTE: Primária. Pesquisa exploratória realizada em novembro de 2014.

A família deve dar o apoio psicológico ao residente durante o período de sua estada na residência, tendo em vista, que além de ter que lidar com o distanciamento da família, o mesmo apresenta muitas problemáticas que são vivenciadas nesse novo ambiente, podendo influenciar no seu desempenho acadêmico, bem como em outros aspectos.

A família durante o período de permanência do estudante na Residência Universitária constitui-se importante para dar o suporte necessário ao residente durante seu período de permanência nesse novo ambiente. Como aponta Silva e Ferreira (2009, p.111):

As teorias do desenvolvimento [...] juvenil salientam a importância de um relacionamento de qualidade com os pais para a aquisição de competências necessárias para o desenvolvimento salutar do indivíduo, ao longo do seu ciclo de vida [...]. Um relacionamento seguro com as figuras parentais facilita a exploração, a descoberta, a aquisição de competências e o desenvolvimento de esquemas de autopercepção pessoal positivos (auto-valorização e auto-eficácia elevadas)".

O apoio familiar se constitui importante não só para garantir o desempenho acadêmico do estudante, mas também para ajuda-lo a lidar com diversas situações enfrentadas na Residência, tanto no que diz respeito aos relacionamentos adquiridos durante a sua estada (já que convive com outras pessoas na Residência), como também para auxiliar nesse momento de adaptação ao local desconhecido (já que o estudante tem que aprender a lidar com pessoas que não conhece que muitas vezes pensam e se comportam de maneira diferente).

Os autores acima reforçam que a presença ou ausência de apoio familiar pode influenciar na vida do estudante de várias formas, pois:

Ao nível do ensino superior, de um modo geral, os estudos sobre os contributos da família indicam o papel positivo exercido pelos laços afetivos, pela coesão e expressividade, pelo suporte parental e pela facilitação do processo de separação/ individuação para o desenvolvimento e integração do indivíduo. Por outro lado, o conflito, a ausência de apoio e a vinculação disfuncional parecem estar associados a comportamentos de inadaptação do jovem adulto e as dificuldades ao nível do seu desenvolvimento psicossocial (Idem, 2009, p.118).

Logo, se o discente diante das situações que são apresentadas em seu cotidiano não receberem o apoio familiar necessário, poderá desenvolver comportamentos indesejáveis e conseqüentemente essa situação afetará o seu desempenho acadêmico e a sua convivência com os demais colegas.

Diante disso, acreditamos que se assevera de forma premente a necessidade de um/a psicólogo/a para possibilitar apoio emocional e, conseqüentemente, meios para lidar com a realidade que enfrentam. Tendo em vista, que nem sempre recebem o apoio psicológico familiar e que ao ingressarem na residência, como já salientado, enfrentam muitas situações difíceis de adaptação ao novo ambiente, pois além de terem que desempenhar várias tarefas cotidianas, estão propensos a sofrerem com alguns problemas que são característicos de nossa sociedade contemporânea.

Durante a realização do estágio, evidenciamos que a universidade não possui psicólogo específico para o cuidado dos/as estudantes de graduação o que

tem tensionado mais ainda a vida dos discentes no ensino superior. É necessário que a instituição reveja essa situação, tendo em vista, a importância do profissional para todos os estudantes durante a formação acadêmica, principalmente no que tange aos residentes que já não possuem a presença familiar diariamente e um profissional em psicologia seria essencial para suprir algumas necessidades dos mesmos, sobretudo, com relação ao aspecto seja devido ao distanciamento da família, a dificuldade de adaptação, ou ainda devido a alguns problemas psicológicos que os/as discentes têm antes de ingressarem na vida acadêmica.

3.4 Sugestões dos discentes para a prestação de um melhor atendimento por parte da assistência estudantil

Os estudantes sugeriram tanto melhorias na estrutura, como também demandaram a urgência de profissionais que estivessem incumbidos no tratamento psicológico dos/as discentes.

Com relação à estrutura 5% sugeriram que a residência necessita de um local silencioso para estudo, já que tem que dividir o quarto com outras pessoas; 5% afirmaram que o local para lavar roupas é muito quente e necessita de uma cobertura; 10% sugeriram a instalação de máquinas para lavar roupa; 20% propuseram a instalação de ar-condicionado em todos os quartos, apontando que esses ambientes são muito quentes; 20% sugeriram a diminuição do número de pessoas por quarto; 10% admoestaram a retirada dos animais da UFCG-CFP; 5% sugeriram que o Restaurante Universitário disponibilizasse café da manhã, já que o mesmo concede apenas almoço e janta; 5% sugeriram que houvesse ouvidoria todos os dias; outros 5% propuseram que houvesse um maior contato com a família e com os profissionais do campus; outros 10% sugeriram apoio psicológico, considerando que a UFCG não possui psicólogo direcionado para o tratamento dos/as estudantes de graduação;

Relacionada a parte financeira 10% sugeriram bolsas acadêmicas para os residentes, já que possuem muitos gastos com xerox, livros, alimentação (tendo em vista que o restaurante só disponibiliza almoço e janta).

Diante do exposto, evidencia-se que a Assistência Estudantil não viabiliza todos os meios necessários para a permanência dos/as discentes no ensino superior. Tal fator se assevera pelo fato de muitas famílias não possuírem condições financeiras de sustentar seus agregados durante o período de permanência na residência. Até porque como já foi demonstrado, o usuário para ingressar na residência tem que ter renda per capita igual ou inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo.

Logo, isso dificulta que a família possa apoiar o estudante financeiramente durante o período de sua estada, tendo em vista também que de acordo com a pesquisa, como já demonstrado, 60% possuem mais de 6 pessoas na família. Com isso, o número de pessoas que cada residente possui em sua família diante do salário (vindo do mercado informal) que os familiares recebem para garantir a subsistência da prole, não possibilita a essas famílias, que já vivem em situação precária, também apoiem financeiramente o residente. Acreditamos que o Estado é que deve enviar recursos para assegurar que os residentes possam se sustentar no período de permanência na universidade, em cumprimento aos princípios presentes no PNAES.

O PNAES (DECRETO Nº 7.234, 2010) busca garantir moradia, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, apoio pedagógico, viabilizando a igualdade de oportunidades e contribuindo para o desempenho acadêmico, agindo em situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras. Mas de acordo com a pesquisa realizada podemos ver que na realidade os estudantes estão sendo atendidos minimamente, tendo em vista também as várias sugestões de melhorias que os mesmos apontaram e que obviamente a política não garante de fato.

O Estado deveria direcionar mais recursos para a Assistência Estudantil considerando as problemáticas enfrentadas pelos discentes e pela política em responder as demandas apresentadas. Um dos empecilhos que dificulta que o

Estado intervenha nas demandas da Assistência Estudantil como obrigação é o fato de que o PNAES que foi criada para assegurar o direito do estudante a permanência no ensino superior, se constituir como um decreto e não como uma lei, pois um decreto não se configura como lei, possuindo menos força normativa. Como Pinto, Belo e Paiva (2012, p.10) denotam “a lei obriga a fazer ou deixar de fazer, e o decreto não”. Logo, inexistente um aparato legal que obrigue o Estado a intervir na política, deixando livre o caminho para que a ofensa neoliberal utilize os recursos que deveriam ser destinados para essas ações da forma que desejarem.

O PNAES deveria garantir esse aparato para a permanência de todos os estudantes no ensino superior, mas em nossa atual conjuntura o que presenciamos é a inviabilidade desta política em atender a demanda. O que vemos na realidade é uma política pobre buscando dar suporte aos mais pobres. E a qualidade no ensino, moradia, alimentação, esporte, saúde e apoio acadêmico e o atendimento universal a todos os que necessitarem não deixa de ser mais uma política que continua apenas no papel, sem a sua real efetivação na realidade dos brasileiros.

3.5 Periodicidade e forma de contato com os familiares

Os sujeitos da pesquisa sempre buscam manter contato com os familiares de alguma forma, onde 50% costumam retornar as suas cidades para visitar seus familiares aos finais de semana, 20% nos feriados, 10% quinzenalmente, 10% no final de cada semestre e 10% uma vez ao mês. Além do contato pessoal, tentam sempre manter contato através de outros meios, onde, 50% dos residentes mantêm contato diariamente com a família, 10% sempre que possível, 20% uma vez por semana, 10% dificilmente e 10% de dois em dois dias. No que diz respeito aos meios utilizados para manterem contato com seus familiares os residentes relataram que usam mais de uma forma de contato, onde 61,5% usam o telefone, 30,7% as redes sociais e 7,69% não responderam.

Os resultados demonstram que os residentes sempre buscam manter contato com suas famílias de alguma forma, presencialmente ou através de meios de comunicação, demonstrando uma ligação de aproximação entre ambos (família e estudante) mesmo a distância.

Silva e Ferreira (2009, p.112) denotam a importância desse contato, tratando que:

Quando o estudante sai de casa para frequentar uma instituição de ensino superior, todos os membros da família têm que se reorganizar. A tarefa familiar, neste período de transição, parece estar relacionada com a disponibilidade para apoiar a adaptação ao novo contexto de vida e com a facilitação do processo de separação/individuação. No entanto, o crescimento do estudante para uma autonomia crescente e um maior investimento nas relações interpessoais extra-familiares não pode ocorrer sem os ajustamentos familiares que apoiam estas iniciativas de desenvolvimento. [...] Reconhece-se a importância da ligação afetiva e do apoio parental para o desenvolvimento da autonomia e da individuação, para a promoção do desenvolvimento pessoal e para a adaptação a novos contextos de vida.

Portanto, o contato familiar se constitui importante, para que o residente possa ter um desenvolvimento satisfatório, tanto no que diz respeito as atividades acadêmicas, como também nos relacionamentos adquiridos na residência. Esse contato familiar não deve ser rompido por conta do distanciamento, mas sim mantido, pois é através dessa relação que o estudante poderá receber o apoio necessário para conviver de forma mais tranquila no ensino superior mesmo distante da família.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho em tela foi revelador de que a assistência estudantil vem se configurando como algo ratado com bastante desprezo pelo governo federal e seus gestores.

É perceptível o enfrentamento de uma série de desafios enfrentados pelos/as residentes, em decorrência da desresponsabilização do Estado para com a garantia da efetivação de um ensino superior de qualidade, compreendendo que se insere neste a Assistência Estudantil. Somado afastamento do Estado, os/as discentes ainda sofrem pela ausência dos seus familiares, devido residirem em outras localidades, até em regiões bastante distantes. Nesse sentido, a ausência da família pode ocasionar numa repercussão negativa no tocante ao desenvolvimento acadêmico.

Outro aspecto que deve ser destacado é a escassez de recursos financeiros, tanto no que diz respeito à ausência de bolsas acadêmicas para os/as residentes, quanto no que diz respeito à falta de disponibilidade de recursos para a melhoria da estrutura das residências, deixando esses/as discentes ainda mais vulneráveis, aspecto o qual poderia contribuir para melhorar as condições de vida desses/as discentes.

Porém, diante da política neoliberal, a qual tem como característica básica a precarização, focalização, sucateamento e privatizações, as políticas públicas se tornam cada vez mais restritas. Sem contar que em decorrência da política de arrocho operacionalizada pelo governo vigente, aonde a assistência estudantil vem sendo reduzida, a ponto de Restaurantes Universitários virem sendo fechados, torna-se questão de necessidade premente de toda a sociedade a luta para que os/as direitos dos/as estudantes não sejam usurpados, diante de tantos que já foram retirados.

Em face ao exposto, acreditamos que o presente estudo, apesar de se configurar como um substrato da realidade vivenciada pelos/as discentes usuários da Residência Universitária, possa contribuir para alertar as pessoas interessadas sobre uma problemática existente, porém pouco divulgada e estudada, mas que,

indubitavelmente, carece de bastante atenção, tendo em vista que se o Estado não garantir condições de inserção e, sobretudo, permanência na educação superior, certamente, só terão acesso as instituições públicas de ensino, aqueles/as que estiverem inseridos/as em classes sociais abastadas da sociedade.

Destarte, chamamos atenção para o tipo de sociedade que estamos construindo e pretendemos perpetuar. Daí se faz imprescindível sairmos da condição de “classe em si à classe para si”. Eis o nosso desafio!

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Luciana Sacramento. **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. Disponível em: <<http://www.cefetsp.br/edu/eso/qualidadetotaleducacao.html>> Acessado em: 12 de Jan de 2015.

ANDRADE, Arthur Guerra; WAGNER, Gabriela Arantes; OLIVEIRA, Lúcio Garcia. **I Levantamento Nacional sobre o uso de álcool, tabaco e outras drogas entre universitários das 27 capitais brasileiras**. Disponível em: <http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/biblioteca/documentos/Publicacoes/Universitarios_2010/328140.pdf> Acessado em: 07 de fev. de 2015.

ARAÚJO, Fabrícia Silva; BEZERRA, Juliane Cristina Bispo. **Tendências da política de assistência ao estudante no contexto da reforma universitária**. III Jornada Internacional de políticas públicas. São Luíz do Maranhão. 2007

Autor desconhecido. **Família, um porto seguro para viver bem**. Disponível em: <<http://www.viveresaber.com.br/vs/index.php/conhecimento/178-familia-um-porto-seguro-para-viver-bem>> Acessado em: 04 de Fevereiro de 2015.

AZAMBUJA, Darcy. **Teoria Geral do Estado**: prefácio Alexandre de Oliveira Torres Carrasco. – 4.ed. rev., ampl. e atual. – São Paulo : Globo, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal. 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília: Senado Federal. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Política Nacional de Assistência Estudantil. Decreto Nº 7.234, DE 19 DE JULHO DE 2010**.

_____. **Portaria Nº01**. 2007.

_____. **Portaria UFCG/CAE Nº004**. 2003.

_____. **Portaria/UFCG Nº 080**. 2008.

_____. **Portaria/UFCG Nº389**. 2013.

BORGES, Carolina de Campos; Andrea Seixas, MAGALHÃES. Transição para a vida adulta: autonomia e dependência na família. **Psico**, v. 40, n. 1, p. 42-49, jan./mar. 2009.

CENCI, Ana Righi; BEDIN, Gabriel de Lima; FISHER, Ricardo Santi. Do liberalismo ao intervencionismo: o Estado como protagonista da (des)regulação econômica.

Constituição, Economia e Desenvolvimento: **Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional**. Curitiba, 2011, n. 4, Jan-Jun. p. 77-97.

COSTA, César Augusto Soares. **A educação enquanto responsabilidade do Estado**. Educação, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 236-237, maio/ago. 2009.

CUNHA, Luís Antonio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro, F. Alves, 1978. 3º edição.

DANTAS, Éder; JUNIOR, Luís de Sousa. **Na contracorrente: a política do governo Lula para a educação superior**. Disponível em: <<http://www.anped11.uerj.br>> Acessado em: 05 de nov. de 2014.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 215 p. ISBN 85-286-0518-3.

FRANÇA, Rafael de Jesus. **O que é ser família hoje?** Disponível em: <http://www.novamerica.org.br/revista_digital/L0107/rev_emdebate03.asp>. Acessado em: 05 de Ago de 2014.

FONAPRACE. **Plano Nacional de Assistência Estudantil** – Aprovado pela ANDIFES. 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.

HERMIDA, Jorge Fernando. **A Reforma educacional na Era FHC (1995/1998 e 1999/2002): duas propostas, duas concepções**. IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”. KALOUSTIAN, Sílvio Manoug. **Família brasileira, a base de tudo**. – 9. ed. – São Paulo : Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2010.

KRUPPA, Sonia M. Portella. **Sociologia da educação**. – São Paulo: Cortez, 1994.
LABOISSIÈRE, Paula. **Dilma faz balanço de programas educacionais e diz que setor é passaporte para o futuro**. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2014-01-06/dilma-faz-balanco-de-programas-educacionais-e-diz-que-setor-e-passaporte-para-futuro>>. Acessado em: 04 de fevereiro de 2015.

Levantamento Nacional sobre o uso de álcool, tabaco, dentre outras drogas entre universitários das 27 capitais brasileiras. Disponível em: <http://www.obid.senad.gov.br>. Acessado em: 25 de jan. de 2015.

LEITE, Janete Luzia. **Política de Assistência Estudantil: direito de carência ou carência de direitos?**. Ser Social, Brasília, v.14, jul./dez.2012.

MARX, Karl. **Elementos fundamentales para la critica de la economia política** (Gundrisse) Siglo XXI: México, 1976.

MELO, Edivânia; ANDRADE, Mariana Alves; PANIAGO, Maria Cristina Soares. **Marx, Mézáros e o Estado** – São Paulo : Instituto Lukács, 2012. 80p.

MARTINS, Sandra Veralúcia Marques; TAVARES, Helenice Maria. **A família e a escola: desafios para a educação no mundo contemporâneo**. Revista da Católica, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 256-263, 2010.

MARTINS, Vicente. **O dever do Estado com a Educação**. Disponível em: <http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=196:o-dever-do-estado-com-a-educacao&catid=12:artigos-de-usuarios&Itemid=23> Acessado em: 11 de Ago 2014.

MEDEIROS, Eliana Nogueira. **O que é ser família hoje?**. Disponível em: http://www.novamerica.org.br/revista_digital/I0107/rev_emdebate03.asp. Acessado em: 15 de Jan de 2015.

MIOTO, Regina Celia Tamasso; ROSA, Fernanda Nunes. **Processo de construção do espaço profissional do Assistente Social em contexto multiprofissional: um estudo sobre o serviço social na estratégia saúde da família**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010

NASCIMENTO, Chara Martins; SANTOS, Thiago Antônio Pereira. **Política de educação superior: tendências da assistência estudantil na contra-reforma universitária**. XIII ENPESS. 2012.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Educação e política no limiar do século XXI** – Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências**. RBPAE – v.25, n.2, p. 197-209, mai./ago. 2009.

PRADO, Danda. **O que é Família**. São Paulo : Abril Cultural : Brasiliense, 1985.

PEREIRA, William Eufrásio Nunes. **Do Estado liberal ao neoliberal**. INTERFACE - Natal/RN - v.1 - n.1 - jan/jun 2004.

PINTO, Jennifer Christie do Nascimento Gonçalves; BELO, Amanda da Silva; PAIVA, Waldirene Aparecida Paula. **Os desafios da Assistência Estudantil no contexto da reforma do ensino superior**. XX Seminário latino-americano de escuelas de trabajo social. 2012.

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5. 2012.Disponível em: www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/.../PDFs/2.48.pdf. Acessado em: 20 de Jan de 2015.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar** / Maria Luísa Santos Ribeiro – 12 ed. – São Paulo : Cortez : Autores Associados, 1992.

RODRIGUES, Chiara. **Tratamento psicológico oferecido pelas Universidades não é mais tabu.** Disponível em: <https://cienciaetec.wordpress.com/2013/06/11/tratamento-psicologico-oferecido-pelas-universidades-nao-e-mais-tabu/>>. Acessado em: 08 de fev de 2015.

RODRIGUES, Maria Socorro Pereira; SOBRINHO, Elísio Holanda Guedes ; SILVA, Raimunda Magalhães. **A Família e sua importância na formação do cidadão.** Curitiba. 2000.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social; Ensaio sobre a origem das línguas; Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens; Discurso sobre as ciências e as artes.** Tradução de Paul Arbousse-Bastide e Lourival Gomes Machado. Coleção Os Pensadores. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SANTOS, Luciene Maciel de Moraes, 2009. In: BETTELHEIM. **Uma vida para seu filho** – pais bons o bastante. 18º edição. São Paulo: Campus . 1992.

SILVA, Alberto Carvalho. **Alguns problemas do nosso ensino superior.** Estudos Avançados. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000200014&script=sci_arttext>. Acessado em: 05 de dez. de 2014.

SILVA, Cirlene Maria. **Violência e Escola: perspectivas e desafios.** Disponível em: <http://www.cpgss.ucg.br>>. Acessado em: 15 de Jan de 2015.

SILVA, Mateus Soares. **Uma breve análise quanto ao novo conceito de família, um avanço ou retrocesso social?** Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/8426/Uma-breve-analise-quanto-ao-novo-conceito-de-familia-um-avanco-ou-retrocesso-social>>. Acesso em: 05 de Ago 2014.

SILVA, Sofia de Lurdes Rosas; FERREIRA, Joaquim Armando Gomes. **Família e ensino superior: que relação entre dois contextos de desenvolvimento?.** Disponível em : <http://www.exedrajournal.com/>>. Acessado em: 08 de fev de 2015.

SPANHOLI, Ariane; RIOS, Mônica Piccione Gomes. **Qualidade de ensino na educação superior: desafios na contemporaneidade.** Disponível em:

<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/coloquiointernacional/article/viewFile/1239/60>
6. Acessado em: 05 de dez. de 2014.

STALLIVIERI, Luciane. **O sistema de ensino superior no Brasil características, tendências e perspectivas. Universidade de Caxias do Sul.** Disponível em: https://www.uces.br/site/midia/arquivos/sistema_ensino_superior.pdf. Acessado em: 22 de Jan de 2015.

TEIXEIRA, Evilázio. **A educação do homem segundo Platão.** 3. ed. São Paulo: Paulus, 2003. p. 110-137.

WEFFORT, Francisco C. **Os clássicos da política, 1.** – 14.ed. – São Paulo : Ática, 2006, 287p.

YANAGUITA, Adriana Inácio. **As Políticas Educacionais no Brasil nos anos de 1990.** Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0004>. Acessado em: 08 de dez. de 2014.

ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **Estado, ideologia e Educação no jornal tribuna dos municípios de Irati – PR (1954-1959).** Disponível em: http://eventos.uepg.br/histedbr/arquivos/resumo_claudia_z>. Acessado em: 20 de nov. de 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, portador (a) do RG _____, tendo sido satisfatoriamente informada (o) sobre a pesquisa **O APOIO DA FAMÍLIA E DO ESTADO AOS RESIDENTES DA UNIVERSIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE DE CAJAZEIRAS PARAÍBA**: algumas reflexões, que pretende pesquisar os residentes da UFCG de Cajazeiras – PB é desenvolvida a partir dos pressupostos do projeto ético-político do serviço social, a ser realizada sob responsabilidade da pesquisadora: _____, e com orientação do Professor(a) _____, concordo em participar da mesma, com a garantia de anonicidade e sigilo com relação a todo seu conteúdo e que as informações coletadas sejam utilizadas para efeito de análise e divulgação científica. Estou ciente de que posso retirar esse meu consentimento a qualquer tempo, informando minha decisão aos pesquisadores, sem que isso acarrete nenhum tipo de prejuízo a minha vida pessoal.

Pesquisador:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Orientador:

E-mail:

PESQUISADOR

PARTICIPANTE DA PESQUISA

APÊNDICE 2

ROTEIRO DE ENTREVISTA

PERFIL DOS SUJEITOS DA PESQUISA

1 Curso: _____

1.1 Turno: _____

1.2 Gênero: Feminino () Masculino ()

1.3 Idade: _____

1.4 Cidade/Estado de origem: _____

1.5 Composição familiar: Pai () Mãe: () Irmãos: Sim () Não ().
Se sim, quantos: _____ Outros: Sim () Não ()

1.6 Quantidade de pessoas que residem no seu domicílio: _____

1.7 Quantos trabalham? _____ Em que? _____

1.7.1 Tem algum/a aposentado? Sim () Não (). Quantos? _____

1.8 Recebe algum benefício do Governo Federal? Sim () Não (). Qual?

2 DO OBJETO DE PESQUISA

2 Há quanto tempo está na Residência Universitária? _____

2.1 O que você acha da Residência Universitária: Ótima() Boa () Ruim ()
Regular () Péssima ()

2.2 Com relação às condições de infraestrutura, qual a sua percepção: Ótima ()
Boa () Ruim () Regular () Péssima ()

2.3 O que acha da alimentação fornecida pelo Restaurante Universitário? Ótima ()
Boa () Ruim () Regular () Péssima ()

2.4 Como se dá o convívio entre os demais residentes: Ótimo () Bom ()
Ruim () Regular () Péssimo (). Se ruim, regular ou péssimo, por quais
razões?

2.5 Por quais motivos você ingressou na Residência Universitária?

2.6 Você é bolsista de algum Programa da Assistência Estudantil? () Sim Não()

2.7 Sua família lhe proporciona apoio financeiro? Sim () Não ()

2.8 Você vai ao encontro da sua família de quanto em quanto tempo?

A) Todos os finais de semana () B) Nos feriados () C) No final do semestre()
D) A cada quinze dias () E) Uma vez ao mês ()

2.9 Com que periodicidade você mantém contato com sua família?

2.9.1 Qual a forma de contato: Redes sociais () Telefone () Outros ()

2.10 Você recebe algum tipo de apoio financeiro da sua família? Sim () Não ()

2.11 Você considera que o seu desempenho acadêmico é ou pode ser prejudicado de alguma forma devido ao distanciamento da sua família? Sim () Não ()

2.12 Como você avaliaria o seu convívio com a sua família? Ótimo () Bom ()

Regular () Ruim () Péssimo ()

2.13 Quais as maiores dificuldades sentidas por você na Residência Universitária?
(Pode marcar mais de uma alternativa)

A) Distanciamento da família ();

B) Relacionamento com os/as demais residentes ();

C) Alimentação do Restaurante Universitário ();

D) Ausência de Psicólogo/a ();

E) Outros (). Qual?

2.14 Se você pudesse sugerir algo para melhorar a assistência estudantil da UFCG, o que você sugeriria?
